



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA/EXTRAORD.AUDIÊNCIA PÚBLICA/etc.
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 16 DE JUNHO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 20ª audiência pública para discutir o PL 688/13, que aprova o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, conforme texto do substitutivo aprovado em primeira discussão.

São 61 audiências até agora. Estão presentes os Srs. Vereadores: José Police Neto e Sandra Tadeu. Esta audiência vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade diariamente desde o dia 13 de junho de 2014. Foi publicada no Jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 13 de junho de 2014, e no *Estado de S. Paulo*, no dia 15 de junho de 2014. Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, links: Auditórios On-line.

A audiência pública de hoje foi convocada e entre os temas centrais está a discussão da saúde e educação no Plano Diretor. Indago se há algum representante da Secretaria de Educação? Por favor, a assessoria não nos informou, desculpe. Vou chamar o representante da Secretaria de Saúde, Dr. Eurípedes Barsanulfo Carvalho, que representa o Secretário Municipal de Saúde. Para quem tem boa memória o nome Eurípedes Barsanulfo tem uma longa e linda história na região onde nasci, região de Sacramento. Eu sou de Uberaba, mas há uma história muito bonita de Eurípedes Barsanulfo. Mesmo com os representantes, lamentamos a ausência dos Srs. Secretários, mas, infelizmente, não foi possível, ao longo da discussão do Plano Diretor, em nenhuma ocasião, a gente ouvir representantes da Saúde e Educação de São Paulo, razão pela qual a gente insistiu nessa audiência pública por insistência dos próprios Vereadores da Casa e dessa Comissão para que pudessemos ouvir a exposição, uma vez que esse tema é importantíssimo e não fica afastado em nenhum momento as inscrições para que as pessoas possam fazer perguntas daqueles temas que também fazem parte do Plano Diretor.

Essa talvez seja a última audiência do Plano e fiquem a vontade, pois estamos aqui para trabalhar, queremos ouvir.

Tem a palavra a nobre Vereadora Sandra Tadeu, que é da área da Saúde e Corregedora da Casa.

A SRA. SANDRA TADEU – Na verdade, durante toda a discussão do Plano Diretor não observamos, e todas as discussões que tenho escutado e tenho lido, só observo o adensamento das pessoas e a questão de corredores de ônibus e não se ouve em nenhum momento se falar em áreas de escola, saúde, em posto de saúde, hospitais, creches, CEUs.

A questão agora são as invasões: “Vamos invadindo”, “Vamos crescendo”, “Vamos fazendo prédios e mais prédios”, e a população da cidade de São Paulo cresce. Não temos nem transporte suficiente, mas temos prédios e mais prédios. Saúde também não temos, porque, num primeiro momento, as pessoas querem morar, mas depois precisam de hospitais, escolas, creches.

Então, eu gostaria de saber, Sr. Presidente, nessas áreas de adensamento que foram transformadas em ZEIS, quantas áreas estão destinadas à saúde e educação. Eu gostaria de saber o que será feito nelas: quantas UBS, quantas creches, quantas escolas.

No decorrer da discussão, falaremos de outros temas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Numa das discussões que tivemos aqui, tivemos oportunidade de, ontem pela manhã, estar com o Prefeito Haddad, o qual, como especialista em cada uma das áreas, prestou contas de tudo o que tem sido feito na Prefeitura por todas as Secretarias. Ele explanou por mais de uma hora e meia em uma reunião do PTB na zona Norte de São Paulo. Quase 500 pessoas participaram, e S.Exa. respondeu todas as perguntas, o que nos esclareceu bastante; no entanto, foi para um público seleto que esteve presente, e não aberto a todos. Teremos então que repetir as perguntas.

Em primeiro lugar, Dr. Eurípedes, um ponto importante, a situação da construção dos três hospitais: o de Parelheiros, o de Brasilândia e o de Vila Matilde, que parece que é o que está mais atrasado e mais difícil de se concretizar.

Em segundo, em que pé ficou a situação do Hospital Santa Marina. Até o momento

não tivemos informações, nem mesmo da imprensa, desde que recebemos esse hospital, e houve uma iniciativa de repassá-lo ao Einstein e depois houve uma ação e a suspensão do repasse.

Um terceiro ponto. Assim que o Governo assumiu, estivemos com o Ministro Padilha e ficamos apaixonados com a oportunidade de a cidade de São Paulo receber pelo menos 25 a 26 UPAs, o que seria extraordinariamente importante e estratégico, porque cada UPA tem em média 25 a 30 leitos. Naturalmente, se disponibilizariam em São Paulo mais de 700 leitos, de forma distribuída, para atendimento de urgência e emergência - leitos de retaguarda masculino e feminino. Ao longo desse um ano e meio, participei de assessoria que faço, na minha vida privada, para algumas cidades do interior que já têm suas UPAs funcionando muito bem, inclusive no Rio de Janeiro e em Minas Gerais; mas não tivemos uma UPA iniciada na cidade de São Paulo.

Mais uma questão, Dr. Eurípedes. A Sra. Vice-Prefeita esteve aqui quando se estava organizando a Copa do Mundo e nos garantiu que teríamos a oportunidade de ter pelo menos como legado da Copa uma UPA próxima ao Itaquerão. Porque quando a FIFA for embora, nós vamos ficar absolutamente sozinhos. “Ah, mas as Marcelinas abriram mais um pronto-socorro lá...”. Mas as Marcelinas não podem carregar o mundo. Acho que os ombros delas também têm limites. As Marcelinas não podem carregar a zona Leste sozinhas. Precisaríamos de, pelo menos, uma UPA no entorno do Itaquerão, porque, quando houver jogo do Corinthians com o Bragantino, não haverá ninguém para atender à população numa eventual confusão entre torcidas. De novo, terão de usar o Santa Marcelina ou o que tiver por perto, e às escuras, porque hoje está claro, mas depois que acabar a Copa também não teremos a mesma iluminação. Essa é uma questão central, importantíssima e que me preocupa muito.

Outra situação é em relação ao Pronto Socorro Municipal Prof. João Catarin Mezomo, que fica na Lapa. Ele foi meu professor. Tivemos que dar o nome dele àquele

equipamento porque estamos aguardando transformarem aquela unidade em uma unidade de excelência no atendimento. Entre as possibilidades que havia, uma delas era de que lá seria ou um posto do Hora Certa ou uma UPA. Também nunca mais tivemos nenhuma oportunidade de resposta ou de informação a respeito. Só para o senhor anotar.

Outra situação é a seguinte. Sou autor de um programa de atendimento domiciliar – aliás, na história do nosso país, o primeiro programa municipal de atendimento domiciliar bancado por município. Trata-se do Prohdom – Programa Hospital Domiciliar, que desde 2008 vem atendendo a um número muito grande de pessoas. Ele estava restrito à região das Marcelinas, em Cidade Tiradentes, e à região de M'Boi Mirim, com o Einstein. Assim que o Governo assumiu, o programa deixou de chamar-se Prohdom e passou a se chamar Melhor em Casa. Ficamos de tentar resolver essa situação. Era um programa de atendimento com mais complexidade. O Melhor em Casa é um atendimento de baixa complexidade, não tem nada a ver com o Prohdom. O Melhor em Casa 1, 2 e 3 seria provavelmente o que chamaríamos de 4. Falei com o Ministro Padilha sobre a possibilidade de transformarmos e criarmos o 4, com atendimento de maior complexidade, para os pacientes que recebem alta de cirurgia de grande porte, que vão para a casa com drenos e outros aparelhos *etc.* Poderíamos ter essas equipes que já foram treinadas nesse tipo de atendimento. Não tivemos resposta, e as equipes do Melhor em Casa não estão completas até hoje. Passado um ano e meio, temos algumas equipes funcionando e não sabemos quantas há até o momento. Essa é outra questão que também frustrou muito.

Para quem não está acostumado a ver o nome, já era para estar bem familiarizado. Para todas as cidades com 20 mil habitantes há uma obrigação de ter Plano Diretor. Isso está no Estatuto da Cidade e na Constituição. Da mesma forma, para essas mesmas cidades de 20 mil habitantes tem que haver uma unidade básica de saúde e também uma UPA. A que não tem 20 mil, junta três, quatro, cinco municípios, monta uma UPA e tem direito a uma equipe do programa Melhor em Casa. Temos 12 milhões de habitantes em São Paulo e estamos

esperando que haja cobertura do Melhor em Casa.

Por fim, para encerrar, pergunto como fica o atendimento domiciliar dos pacientes com problemas mentais. A saúde mental tem um único programa na cidade de São Paulo funcionando – extraordinariamente bom – no entorno do Vila Maria, que é um programa de atendimento domiciliar para pacientes portadores de doenças mentais. É um resultado extraordinariamente bom. Já foi visitado por muitas grandes cidades do Brasil, que tentaram copiar o nosso programa fora daqui. É uma forma de não se ter que internar as pessoas e de o paciente receber atendimento em casa. Infelizmente, esse programa ficou restrito somente à Vila Maria, mas temos os CAPS, e dizem que levando esse programa para dentro dos CAPS vamos resolver o problema. Não acredito, porque a pessoa terá que ir ao CAPS. Assim, acabamos perdendo a oportunidade de evolução nessa situação.

Uma última questão. A Comissão de Política Urbana está acompanhando o que disse a Vereadora Sandra Tadeu. Vamos ordenando a Cidade para um lado, adensando, e vamos protocolando projetos e vendendo potencial construtivo. Se informamos o município de São Paulo permanentemente que estamos adensando ao longo do eixo, por exemplo, da Cupecê, esse seria o momento de a Saúde ficar imaginando que também tem que aumentar o atendimento médico da saúde pública naquela região, que hoje conta apenas com o Jardim Mirim I e II para atendimento integral. Lá, com essas duas unidades novas, está muito bem atendido hoje. Agora, afirmo: no resto da Cidade, não temos essa oportunidade. Ou seja, vamos adensar, mas, ao mesmo tempo, não vamos acompanhar.

Essa mesma questão fizemos ao Secretário da Segurança. À medida que vamos criando polos de desenvolvimento econômico, *shopping centers* e outros equipamentos – e quando o Vereador José Police Neto tratou desse assunto, discutimos isso exaustivamente -, não informamos a Polícia Militar de que lá começará a ter assaltos, portanto não formamos mais policiais para lá. Só vamos nos dar conta quando realmente aquilo começa a virar notícia de jornal: “matou”, “roubou”, “prende”, “estuprou”. Aí, a Polícia acorda e começa a tratar.

Na Saúde, o caminho é o mesmo. Nada é feito com prevenção, nada é feito com planejamento, não há nenhuma diferença entre Saúde e Segurança. Portanto, Dr. Eurípedes, gostaria que o senhor não entendesse isso aqui como manifestação política, mas sim absolutamente técnica. Essas perguntas são aquelas para as quais a Câmara não tem resposta. Nós tínhamos obrigação de receber, no mínimo, o *releasing*. Já pedi isso à Assessoria de Comunicação do Sr. Prefeito, ao Secretário de Governo, a todo mundo. Por favor, mantenham a Câmara informada do que temos para contar. Como não temos o que contar, temos de chamar para pedir para nos contar. A resposta demora demais, está chegando após um ano e meio. Aliás, esta é a primeira vez que vamos ouvir as respostas em se tratando de expansão da Saúde.

Com relação à Educação, as perguntas vão no mesmo sentido, ou seja, nós não temos mais nenhuma ideia do que vai acontecer com as próximas creches, para onde irão, onde estão os terrenos. A única informação que temos é que o Prefeito falou ontem que teremos dez CEUs construídos dentro de áreas que são centros esportivos. Esses centros esportivos serão transformados em CEUs. Assim como oito ou dez deles terão unidades básicas de saúde nos mesmos terrenos. Isso é interessante, porque esses terrenos, muitas vezes, têm áreas muito grandes e já têm uma estrutura instalada. E quanto à evolução dessa busca no atendimento à demanda de creche na cidade de São Paulo, queremos saber se já existe no mapa de São Paulo para que possamos acompanhar onde estão e onde serão as novas unidades.

Por fim, não vou fazer mais nenhuma pergunta, prometo, mas a ansiedade não deixa. Nas áreas mais consolidadas, tem-se a impressão de que as pessoas não precisam mais de nada. Por exemplo, o Brás não tem creche, aqui do lado. Um em cada cinco empregos na cidade de São Paulo é gerado aqui na região do Brás. As pessoas trabalham lá, mas só 3% das pessoas que têm emprego lá moram na mesma região. Só que as pessoas que vêm trabalhar muitas vezes trazem as crianças no colo. E deixam por ali, se acomodando em algum

lugar. Nada pedagógico, e não temos um programa para atender.

Anteriormente foi dito: “Vamos fazer um trabalho com as empresas, que serão nossas parceiras. Dessa forma, vamos fazer”. Insisti algumas vezes, e já deixei de insistir. Então, vamos sentar lá com eles, eles estão lá. Podemos ir hoje. Ligo agora e já tenho pelo menos 10 grandes empresários do Brás que gostariam de ter a creche para seus funcionários hoje, e assumem já, mas não temos oportunidade de transformar esse sonho em realidade. Não é tão difícil, porque o empresário pode dar essa oportunidade, ele mesmo bancar essa creche, esse centro de educação infantil.

Não é difícil, não é difícil mesmo. Temos isso na Mooca, temos isso na região do Brás, na região do Tatuapé, na Lapa. Os empresários estão dispostos a participar. Não tem é jeito. Disseram que íamos ter um decreto que regulamentasse essa relação público-privado, e transformaria algumas entidades em prestadores desse tipo de atividade, ou acharíamos um caminho com esse pessoal. Até hoje não conseguimos. Já passou um ano e meio e até agora não houve resposta.

Essa é a nossa preocupação como Comissão.

Passarei a palavra ao nobre Vereador Police Neto para que faça suas ponderações. (Pausa) S.Exa. desiste. Vereador Ricardo Nunes e depois o Presidente da Comissão de Saúde, Vereador Calvo.

O SR. CALVO - Sinto-me contemplado com o andamento da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Calvo, V.Exa. que é um espírita de primeiríssima linha, a quem admiramos muito pelo trabalho, e não só seu como também do seu pai, Dr. Eurípede Barsanulfo, vai fazer a fala em nome da Saúde.

Agradeço ao Vereador Claudio Prado pela presença, eterno Vereador desta Casa.

O SR. EURÍPEDES BARSANULFO CARVALHO – Boa noite a todos os presentes. Senhoras e senhores, queria cumprimentar o Vereador Paulo Frange, que preside esta audiência, à Vereadora Sandra Tadeu, que é médica, minha colega, o Vereador José Police

Neto, o Vereador Rubens Calvo, também médico, Vereador Ricardo Nunes, e o ex-Vereador Claudio Prado, que deu uma grande contribuição para a cidade de São Paulo. Mohamed também presente.

Na pessoa do Secretário José de Filippi, agradeço a oportunidade de estar aqui presentes com os senhores e com as senhoras. Trarei algumas informações, e prometo, Vereador Paulo Frange, que as demais nós iremos disponibilizaremos para a Casa durante o dia de amanhã, em particular algumas questões feitas pelo senhor e outras que o senhor havia mencionado, como a localização das unidades que a Prefeitura pretende implantar na cidade de São Paulo. Então traremos essas unidades para o dia de amanhã e entregaremos à Casa.

Passarei a falar em relação ao Plano Diretor.

- O orador exhibe *slides*.

R – Na verdade, esses artigos estão com uma numeração diferente no atual substitutivo, porque anteriormente se referiam ao projeto original, mas o que atualmente consta do substitutivo, por exemplo, o art. 200 é o art. 281. E o artigo aborda fundamentalmente a estruturação do sistema dos equipamentos urbanos e sociais, da necessidade de construir uma rede de equipamentos operados pelas políticas sociais, visando à universalização desses direitos, e com a participação da sociedade civil. Acho que a participação da sociedade civil está se fazendo de várias formas, e neste momento através das audiências públicas do plano diretor. O art. 201, que era o art. 282 do substitutivo, coloca que dentro desses equipamentos urbanos e sociais os equipamentos da área de saúde.

O próximo [*slide*], por gentileza.

No Capítulo VIII, fala das ações prioritárias dos sistemas de equipamentos urbanos e sociais, que era o art. 202 do projeto de lei e o atual art. 283 do substitutivo, no qual coloca que os programas e ações de investimentos nos sistemas de equipamentos urbanos e sociais devem ser orientados para determinados objetivos. Naturalmente, a redação do substitutivo já está um pouco diferente dessa aqui porque já era do projeto original. Os objetivos são os

seguintes: proteção integral à família e à pessoa...

A SRA. SANDRA TADEU – Eu acho que o senhor já deveria estar com o substitutivo na mão, para discutirmos o que foi...

O SR. EURÍPEDES BARSANULFO – Mas é fundamentalmente o mesmo texto, Vereadora. Não tem...

P – Não, houve algumas modificações no artigo.

R – Sim, mas nesta questão aqui fundamentalmente não. Do que eu verifiquei, é fundamentalmente a mesma coisa. O que houve apenas é inversão de redação, não alterou a essência do que está no texto. Mas, de qualquer maneira, se houver alteração, e as pessoas questionarem, nós podemos discutir. Não há problema algum quanto a isso.

O inciso I menciona a proteção integral à família é à pessoa, envolvendo os grupos sociais mais vulneráveis – crianças, jovens, etc –, a redução das desigualdades socioespaciais, os suprimentos de todas as áreas habitacionais, visando à satisfação das necessidades básicas de saúde da população e ampliação da acessibilidade à rede de equipamentos e a questão do sistema de mobilidade urbana. Neste particular, vem à tona aquilo que já foi perguntado pelo Vereador Paulo Frange, e iremos responder algumas questões.

No art. 203, que é o art. 284, os programas e ações e investimentos públicos e privados nos sistemas de equipamentos públicos e sociais devem ser orientados segundo as seguintes diretrizes: priorizar o uso dos terrenos públicos e equipamentos ociosos ou subutilizados, otimizar o aproveitamento dos terrenos a serem desapropriados ao longo dos corredores de ônibus, utilizar a ocupação dos equipamentos existentes à integração entre equipamentos implantados e incluir mais de um equipamento no mesmo terreno.

Por exemplo, no Hospital da Vila Brasilândia que o Vereador Paulo Frange fez o questionamento, está previsto no subsolo a construção de uma piscina ampla, até porque o terreno lá foi doado pela Secretaria de Esportes.

Priorizar a macroárea de redução da vulnerabilidade urbana. No artigo 204, do

Projeto 285, do substitutivo, as ações prioritárias no sistema de equipamento são: II – elaborar plano de articulação e integração das redes de equipamentos urbanos e sociais no território; VII – expandir a rede hospitalar e o número de leitos; VIII – expandir a rede dos demais equipamentos de saúde para realização de exames, atendimento ambulatorial, de especialidades, ou de urgência e emergência; XIII – aprimorar as políticas e a instalação de equipamentos, visando à viabilização das políticas de acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência.

A sessão III – dos planos setoriais de educação, saúde, esporte e assistência social e cultural, que era o artigo 207, do projeto original e 286 do substitutivo, a Prefeitura elaborará ou se for o caso, revisará, os planos os planos setoriais de educação, saúde, esportes, assistência social e cultura, garantido o processo participativo, com representantes da sociedade civil e de outros órgãos governamentais.

Em relação a isso, na área da saúde, desde o início do Governo até por características próprias do Sistema Único de Saúde das suas diretrizes constitucionais e da Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde e da Lei 8142/90, que disciplina a participação da comunidade no Sistema Único de Saúde, já realizamos conferências e já temos um Plano Municipal de Saúde.

Os planos setoriais deverão conter, no mínimo, os resultados dos cálculos de demanda por diferentes programas e equipamentos urbanos e sociais segundo os distritos e Subprefeituras, bem como as propostas de atendimento a tais demandas. É o que estamos seguindo nas metas de Governo.

Nas metas do Plano de Governo - no objetivo temático geral, que é aperfeiçoar a qualidade, reduzir o tempo de espera e fortalecer a atenção integral - estão previstas ampliações ou reformas de unidades e instalação de 32 Hora Certa, na modalidade Hospital Dia. Dessas já existem seis e sendo que há quatro unidades Hora Certa móveis. A previsão é de se construir uma em cada Subprefeitura.

A integração do prontuário eletrônico ao sistema de gerenciamento e agendamento da Secretaria Municipal de Saúde. A construção de três novos hospitais, que é a ampliação para 750 leitos, que são os hospitais que o Vereador Paulo Frange perguntou, ou seja, da Vila Brasilândia, da Nhocuné e Parelheiros. As construções nesses hospitais devem começar no segundo semestre. Recuperar 16 hospitais municipais com ativação de 250 leitos. Isso na verdade já foi realizado, pois já houve reativação de mais ou menos 300 leitos. A construção de 43 novas Unidades Básicas de Saúde Integral das quais o senhor já mencionou duas: o Miriam 1 e 2. A construção das 25 UPAS, 20 substituindo as organizações sociais e cinco novas.

Do que eu tenho conhecimento, Vereador Paulo Frange, está mantida essa meta, não teve alteração. O que pode ter é um cronograma de liberação de recursos que eventualmente sofra algum atraso. Mas, a informação é de que dos recursos do Ministério de Saúde previstos para serem liberados para a cidade de São Paulo para investimento e custeio devem ser liberados aproximadamente 2,2 bilhões de reais neste ano de 2014.

A construção dos 30 CAPS – Centro de Atenção Psicossocial – na área do atendimento mental e previsão de um atendimento em rede, baseado não só no Centro, mas no apoio naturalmente dos leitos hospitalares na área da psiquiatria, nos hospitais gerais e outras modalidades de serviços também nessa área.

A construção de cinco centros especializados de reabilitação, oito unidades de referência na área da saúde do idoso e 12 consultórios de rua. Esses consultórios de rua, juntamente com o CAPS, compõem o sistema de atendimento na área de saúde mental. Um dos projetos que existem nessa área é exatamente o chamado Projeto de Braços Abertos, que se localiza na Luz. É um projeto que envolve várias secretarias e se coaduna exatamente com esse espírito do Plano Diretor de ser uma rede de atendimento na área das políticas sociais.

Então, em relação à definição das políticas de Governo como já mencionamos, temos: o plano de Governo, que são as diretrizes da campanha eleitoral; o Programa de Metas, que foram discutidos em 65 plenários regionais. Estamos montando neste momento, na

Secretaria Municipal de Saúde, os indicadores para monitorar esse Plano de Metas, que está em construção. Estamos mapeando os vazios assistenciais, que em parte dialoga com aquilo que o vereador perguntou, que seria exatamente em quais corredores de ônibus e áreas de adensamento populacional serão construídos os equipamentos.

A Secretaria da Saúde está fazendo uma priorização do atendimento da instalação dos novos equipamentos em áreas de vazios assistenciais. Essas áreas estão em geoprocessamento – está colocado aqui -, mas já temos um mapeamento por regiões da Cidade baseado nas coordenadorias regionais de saúde. Não tenho aqui para entregar a vocês, mas entregaremos amanhã na Câmara, que poderá disponibilizar aos munícipes. Se a Câmara entender necessário, poderemos também disponibilizar no próprio site da Secretaria. Mas, como o Plano Diretor está sendo discutido na Câmara, penso que o mais adequado do ponto de vista da independência dos poderes passarmos esses dados para o Poder Legislativo, que coordena a discussão desse processo. Das áreas definidas para esses vazios assistenciais, temos até o momento, praticamente 80% de áreas públicas escolhidas.

E, para finalizar a apresentação, como eu já disse, a saúde é um dos primeiros sistemas que tem a participação da comunidade como dos seus eixos. Por conta disso, já realizamos essa série de eventos que estão nessa apresentação. Houve a Conferência Municipal de Saúde, em 2013; a Conferência Municipal de Saúde da População Negra, também em 2013; a de Saúde Mental e a de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS neste ano de 2014 e a Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador, que já foi realizada em 2014. Em 2015, deveremos realizar uma nova Conferência Municipal de Saúde.

Quanto à pergunta do senhor sobre o Itaquerão, deverá ser construída uma UPA próxima ao local. Não sei dizer exatamente o bairro, mas já participei dessa discussão na Secretaria.

O pronto-socorro municipal da Lapa, Vereador Paulo Frange. A discussão, até onde eu participei seria reconstruído o pronto-socorro e de onde eu participei da discussão seria

para a construção de uma UPA, mas não tenho a informação mais recente para lhe dizer, mas como eu já disse, encaminharemos isso no dia de amanhã. Até o momento são essas as informações que eu posso fornecer para a Comissão com o compromisso de que tudo aquilo que não pudermos responder para os senhores, entregaremos na Câmara amanhã para que seja disponibilizado aos munícipes e para que seja avaliado pelos Srs. Vereadores.

Gostaria de informar aos munícipes aqui presentes que prestamos contas aqui e o Secretário Felipe esteve aqui na Comissão de Saúde no mês passado para fazer a prestação quadrimestral de contas, que é uma obrigação constitucional e de cumprimento da lei 141/12, salvo engano, que é a lei que trata dos repasses financeiros do SUS. O Secretário esteve aqui e foi prestadas todas as informações desse quadrimestre, assim como já foram prestadas todas as informações do ano passado.

Essa prestação de contas está disponível no site da Secretaria Municipal de Saúde e está disponível também na Comissão de Saúde da Câmara. Naturalmente, eu não detenho todos os dados de cabeça para responder aos senhores. Naturalmente faremos chegar à Comissão e ao Vereador Paulo Frange e demais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Estou no meu quinto mandato e não estou na Comissão de Saúde exatamente por isso. Aprovei nesta casa uma lei, aliás, Vereador Neder contribuiu muito e conhece profundamente, que é regulamentar o que é a prestação de contas do Executivo para o Legislativo para ser copiado pelo Brasil inteiro.

Cada prestação de contas depende do que aconteceu ontem. Se ontem morreu alguém com dengue, são quatro horas de bate-boca por causa desse caso. Saiu uma notícia no jornal que o médico faltou plantão, essa é a prestação de contas. O que é a prestação de contas que colocamos em lei: é comparar laranja com laranja. A cada quatro meses eu digo: nesse quadrimestre nós atendemos dois milhões e 200 mil consultas, tivemos 15% de falta de médicos. No outro quadrimestre eu digo que aumentamos 5% em relação ao exame anterior, gastamos x por cento a mais. Comparamos laranja com laranja. É assim que a iniciativa

privada faz, compara as coisas. Nós nunca conseguimos.

Lembro-me da falecida Cristina Curi de quando apresentei essa primeira vez para ele e cada vez que ela vinha aqui ela contava uma historinha para gente e era diferente. Cada Secretário que vem aqui conta a sua historinha. Depende de o Vereador que está na Comissão de Política Urbana provocar uma história a mais ou a menos. Desafio aos senhores em todas as prestações de contas desde a Constituição nessa Câmara encontrar uma fala que possa ser comparada com a fala anterior.

Prestação de contas para cá é um teatro e não é por causa do Secretário é porque não regulamentaram a minha lei, que foi inscrita com o próprio PT, e junto com as pessoas que queriam achar um mecanismo para comparar uma coisa com outra. Não temos número, ou seja, na saúde falta gestão, nunca faltou dinheiro. É o que mais tem, o que falta é gestão.

Se perguntar para qualquer empresário da área de saúde hoje quanto ele gasta de luz por mês, ele diz: “x *quilowatts* por metro quadrado de hospital”. Se você perguntar isso na Secretaria de Saúde, você não vai ter resposta nunca mais em qualquer município do País, vão ficar procurando. Não compara coisa com coisa, portanto, na prestação de contas a gente não consegue.

Faltou aqui, Eurípedes, eu gostaria que você colocasse, primeiro minha lei. Pelo amor de Deus, regulamenta para a gente poder comparar coisa com coisa. Daí vão ser 20 itens e acabou. A outra é a seguinte: nós não temos data, quando é que começa o hospital da Brasilândia e não sabemos se o Metrô ficou mesmo com a nossa área, ou se não votou, a área ficou decida pelo esporte, passou para a Saúde. O Metrô pediu a área, o Prefeito, ontem contou para mim que agora a área é do outro lado do Metrô, de cá ficou a nossa, nós não temos como explicar as pessoas. Não temos explicações com detalhes de como está lá. Íamos lançar o hospital agora em junho. Junho já está andando pela metade. Não temos nem notícia do hospital. Não sabemos da situação do da Vila Santa Marina, de como ficou até agora. Não sabemos do estado que está Parelheiros. E ontem fiquei sabendo, também, que só lá para o

final do ano o edital de licitação ai para a região do nhocuné. Pode ser que nessa gestão do Prefeito Haddad, não tenhamos nenhum hospital terminado, todas essas metas estão ficando furadas. Transformar 25 UPAS, sendo 20 de OS, em UPA, pergunto: estamos só reformando prédio, é isso, e entregando de novo? O que não entendo é assim: não estamos construindo novas unidades. Estamos reformando as que já têm e continuando com as que já temos.

Se você pudesse encaminhar para nós amanhã, porquê, vai ter debate durante 10 dias, ou 15 do Plano Diretor. Não temos como defender aquilo que não conhecemos. Precisaria saber, oficialmente, como estão a situação dos três hospitais, como está a situação da ação do Santa Marina, para que possamos discutir isso com os Vereadores da Casa, que não estão aqui agora, mas o debate irá acontecer no plenário. Essa é nossa sugestão.

A SRA. SANDRA TADEU – Essa explanação que ele fez, se abrir a Internet isso está escrito. O que queremos ver, é onde está o mapa que ele me direciona, onde está a unidade básica daquele adensamento novo, daquela ZEI nova que eles colocaram. É ali que quero saber onde está o equipamento médico. Fiquei três anos na Comissão de Saúde e esse hospital da Brasilândia, já estava fazendo lá, até desanimei da Comissão de Saúde, que fui para a Comissão de Justiça, então isso que falam que vão fazer, que vou fazer, quero ver no papel. Quero ver no mapa. Está lá. É aqui. É esse terreninho ali, que vou fazer unidade básica. É ali que vou fazer o hospital. É ali que vou fazer a UPA. Porque venho brigando desde muito tempo, porque o que eles fizeram? Pegaram a unidade básica na gestão anterior, dividiram e fizeram o AMA. O que acontece? A unidade básica já era pequena. Aí dividiram e colocaram AMA lá que ficou mais apertado ainda. Você sai lá do AMA que te atendeu na hora e manda você procurar um especialista, aí volta para a unidade básica, ai você cai no especialista. Se tiver um bom diretor da unidade básica, com consciência ele dá uma receitinha para você pegar, o hipertenso, qualquer coisa. Senão você vai ficar continuar batendo cabeça aí, por isso que nem fico mais na comissão de saúde. A vinda aqui não me leve a mal, mas isso não valeu em nada, para podermos discutir o Plano Diretor da área da Saúde. Você não acrescentou

nada. Isso, minha assessoria já tinha me passado o número de unidades, o número de não sei o quê, e ainda você está lendo um Plano que já foi mudado e foi feito um novo, pelo relator. Você deveria, apesar de poucas mudanças, já foi mudado. Você está um pouco atrasado nesse sentido. Acredito que temos de mudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eurípedes, vou deixar para você trazer uma anotação para encaminhar para gente, a situação das bases do SAMU, porque também nunca mais tivemos informações delas. Tínhamos informações atualizadas, quase que mensalmente sobre a situação do SAMUR, como está a situação das bases que hoje são divididas com a Polícia Militar e aquelas bases que foram implantadas nos espaços públicos que não são edificações, quantas são e se elas mudaram de lugar. Algumas delas mudou de lugar se vai manter atual posição das cem unidades que tínhamos.

Passo a palavra ao nobre Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO -

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Serei bastante sintético, pois tenho uma preocupação bastante objetiva. A Secretaria se faz presente, temos de agradecer o empenho da equipe que veio, infelizmente não o Secretário. Os números passados diferem muito do Quadro 10, que explicita as ações prioritárias do sistema de equipamentos urbanos e sociais. Existe uma lista de CAPSs, de UBSs, de hospitais, por isso o Plano Diretor acolheu um quadro que anuncia para sociedade inclusive os endereços. Darei um exemplo: o plano anuncia 28 CAPSs. A informação da Secretaria é que são 30. Precisamos ver se o nosso médico Nabil Bonduki é mais exigente do que o nosso médico Secretário Filippi ou nenhum dos dois.

Temos de compatibilizar aquilo imaginado pela Secretaria para o plano com aquilo que está para termos a noção precisa inclusive do espaço geográfico que está sendo anunciado. Porque o plano também tenta anunciar isso, como os Centros de Atenção Psicossocial Adulto no Jardim Helena, em São Miguel, em Parelheiros, então, ele avança

nessa questão. É verdade que ainda não dá os prazos, mas pelo menos consegue se distribuir territorialmente.

Primeiro é compatibilizar aquilo estudado pela Secretaria até agora daquilo que está no substitutivo do nosso Relator, até para que isso tenha o mesmo viés. E apresentar isso ao longo dos 15 ou 16 anos que o plano viger. Mas existe outra questão que me parece tão ou mais importante que essa. Escutei por mais de uma vez o nosso Relator Nabil dizer que caminharia nesse sentido, que é um zoneamento para reservas de áreas para equipamentos públicos sociais. Por quê? Temos reserva de área para abertura de via. Quer dizer, toda vez em que se quer ampliar uma via, se aprova uma lei de alinhamento e melhoramento e se guarda espaço para mais carro rodar, mas não existe ainda uma legislação que garanta espaço para montar os equipamentos sociais, tão necessários para a Cidade. Então, vejam só, aceitamos uma regra que permite a circulação de mais carros e reservamos área para isso, mas não para os equipamentos sociais para uma Cidade que anuncia o padrão de atendimento em saúde e educação como elementares no seu desenvolvimento.

Por isso uma pergunta é: teremos esse zoneamento que faz reservas para áreas sociais ou vamos manter os erros históricos do passado, que é reservar área apenas para mais carros circularem. (Palmas) Teremos algo nesse sentido? Porque aí reforça um pouco essa necessidade tão premente de não precisarmos enfrentar com desapropriações ou com seleção de áreas públicas, que às vezes não são adequadas àquilo, mas previamente anunciamos à sociedade para “x” anos que aquele espaço será utilizado por um equipamento. Dessa forma, não precisaremos, muitas vezes, usar um mecanismo doloroso que é a desapropriação - e sabemos como é doloroso.

Por isso quando o plano anuncia um novo modelo de zoneamento, é um avanço. Isso foi bastante discutido em Perus quando discutimos o plano de bairro. A população, quando se reuniu, não aceitava não definir os espaços onde seriam erguidos equipamentos públicos. Ela queria saber onde esperar a escola, onde esperar a creche, onde esperar sair o hospital,

isso é muito forte, porque quando se materializa aquilo que a sociedade escolheu, dá-se muita força ao equipamento que passa a ser zelado por toda sociedade.

São essas duas ações de plano que acho fundamentais e, portanto, não são de um ou outro Governo, mas sim para um planejamento mais extenso que invade dois, três ou, quem sabe, quatro Governos e passa a virar uma regra. Então, são essas duas preocupações: uma com os equipamentos, então, esse quadro de ações prioritárias e outro se poderemos ter um zoneamento com reserva de área que, de fato, represente esse avanço tão necessário para as áreas sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador José Police Neto. Quero convidar o Vereador Ricardo Young, sempre tão presente, para nos fazer companhia à mesa.

Vou passar a palavra ao Sr. Fábio Renzo, representante do Secretário Municipal de Educação.

Em seguida passaremos aos inscritos. Estão encerradas as inscrições.

O SR. FÁBIO RENZO – Boa noite a todos, quero trazer as desculpas do Secretário César Callegari por não poder estar aqui hoje e agradecer o convite à Casa. Não trouxemos material para projeção, até porque acreditamos que trataríamos das questões de uma forma mais ampla.

No caso da Educação, nós vivemos, até por força da legislação que foi se alterando no Brasil para melhor, a vivência da educação enquanto política pública, ela não pode sofrer interrupção e não vem sofrendo nos últimos anos. Por isso, nós vemos até com bastante otimismo e positividade a implantação da política de educação, não só em São Paulo, mas no Brasil como um todo.

Um exemplo bom para termos a visão do que o financiamento da Educação - iniciado nos anos 90, ampliado a partir de 2003 e 2004 - vem conquistando podemos citar quase que o pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental. Como vocês sabem, o

Ensino Fundamental é algo atendido através do Estado e do Município.

O Município de São Paulo praticamente atende hoje a toda demanda existente, através das escolas públicas do Estado e da Prefeitura de São Paulo.

Já a Educação Infantil é um encargo bem específico do Município. Como todos sabem, foi a partir de 2003-2004 que o financiamento público passou a existir para essa etapa do Ensino Fundamental, com a implantação do Fundeb. Anteriormente era o Fundef, instalado pelo Governo Fernando Henrique, a partir do Governo Lula o Fundeb atendendo ao financiamento a toda educação básica.

Entro agora no primeiro aspecto colocado pelo Vereador, que é a questão da vontade dos empresários de responderem ao atendimento deste tipo de demanda, por enquanto, fica no campo da vontade, até porque existe a expectativa de que o financiamento seja público. Hoje, a legislação do Fundeb não permite que uma empresa, por exemplo, receba verba do fundo para promover o atendimento das creches dos seus funcionários. As que fazem algo, acabam dando algum tipo de financiamento para o trabalhador e trabalhadora que, via de regra, dá conta, quando muito, de pagar uma parte do atendimento esperado.

De maneira que, resumindo a ópera, a grande demanda a ser atendida hoje na Cidade é de educação infantil. Só que dividido em dois grandes blocos, para facilitar a visualização: o atendimento à pré-escola, que é aquele da idade correspondente hoje dos 4 e 5 anos, ele já está próximo do pleno atendimento, também. Com a implantação das obras que já estão em andamento, chegaremos ao pleno atendimento até 2016.- da mesma forma que a Saúde, nos predispomos também a passar os endereços para esta Casa amanhã mesmo.

Teremos mais o compromisso de outras 100 mil vagas na creche que pretendemos atender, através de um plano de obras bastante audacioso, feito basicamente de três convênios entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado, que dão conta de aproximadamente 71 obras, mais um convênio com o Ministério da Educação, de outras 172 obras. Se somarmos vai dar 243 creches que vão dar conta aqui de algo em torno de 40 e

poucas mil vagas, e vocês dirão: “Não dá conta da promessa inteira”. Tem outra parte corresponde a umas 50 mil vagas através de convênios. Hoje, temos no Município de São Paulo algo entre 2.500 e 3 mil equipamentos ligados à educação, sejam eles de CEUs, sejam EMEFs, ensino fundamental, EMEIs, CEIs, diretos, indiretos ou conveniados, atendendo uma demanda de aproximadamente um milhão de alunos. O plano é audacioso. E acho meio inviável ficar citando um por um. Mas, por exemplo, os 20 CEUs.

Dos 20 CEUs que prometemos, que vão significar algo em torno de novas 10 mil vagas, só falta designarmos um único terreno, pois os outros 19 já estão definidos. Repito: nos dispomos a enviar para cá endereço, estado da obra para a Casa, até porque o quadro é bastante longo.

Agora, a Prefeitura de São Paulo tem um grupo de trabalho que já está instituído desde o início do ano passado, que a gente deu o apelidinho de *GT Terrenos*. Vocês sabem que a ocupação da Cidade veio sendo feita de forma irregular por décadas, acho que mais que décadas, acho que por séculos. E a disponibilidade de terrenos públicos, pelo menos no caso da educação, chegou perto do esgotamento. E a figura restante até então para que os equipamentos públicos sejam implantados é a figura da desapropriação. Muitas vezes, uma desapropriação chega a oito, dez anos no tempo para se confirmar. Só que não é o caso do nosso plano de obras, não. Vou dar alguns exemplos rápidos para vocês aqui.

De um total de 71 CEIs a serem construídos através de convênios com o Estado, em 2013, foram recebidos e já implantados 22, no primeiro quadrimestre já conseguimos quatro, e a meta para 2014 eram cinco, e quatro já foram recebidos e construídos. Em relação à EMI, as metas para 2013 foram planejadas 18, e 11 foram executadas no ano de 2013, e no ano de 2014 já executamos outros quatro. A meta planejada para EMEI em 2014 eram três, e já extrapolamos esse número, e por aí vai.

O convênio com o Estado já tem todos os setenta e poucos terrenos definidos. O convênio com o MEC, de 172, quase 90 já tiveram os terrenos definidos no ano passado,

sendo que outros 80 estão em processo de definição esse ano.

Repito: passaremos os números, os endereços, o estado da obra para a Casa amanhã mesmo.

Vou ficando por aqui. Se alguma for colocada, estamos aqui para ajudar, tentar responder.

P – Ok, Fábio. Obrigado. Gostaria mesmo que fosse encaminhado para o Plano Diretor, até para podermos juntar a essa documentação toda, porque a cada dia que passa nós temos mais desinformação a respeito disso.

Tem a palavra o Sr. Fernando Túlio, aqui representando a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Vou passa, para uma pergunta, ao Vereador Ricardo Nunes, e, em seguida, ao nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. RICARDO NUNES – Uma pergunta rápida ao representante da Secretaria de Educação.

No Plano Diretor, temos o quadro dos equipamentos e também dos CEUs. Não está previsto nenhum CEU na região da Cidade Ademar. Nós temos naquela região da subprefeitura de Cidade Ademar, de 300 mil habitantes, o CEU Alvarenga no distrito da Pedreira. Já mandei vários ofícios ao Secretário Callegari. Está, inclusive, previsto um CEU em Santo Amaro, que é importante, mas talvez não tenha toda essa demanda. Mas seria mais importante para a população, dentro da Subprefeitura de Cidade Ademar, pois temos apenas um CEU naquela Subprefeitura, o Alvarenga, no distrito de Pedreira.

Então seria importante e se o senhor puder dar uma olhada, porque já mandei vários ofícios, já falei com o Sr. Secretário. Temos uma atenção especial para essa questão do CEU, no Distrito da Cidade Ademar.

Obrigado. Era só essa colocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Fábio, você tem alguma colocação?

O SR. FÁBIO – Como a leitura seria longa, vou tentar fazer uma leitura rápida, em

relação a essa Meta CEU, porque elas são 20 unidades e acho que dá para termos bem claro o estado.

A meta são 20, a construção de 20 unidades, distribuídas pelas subprefeituras. Os endereços: um no Parque do Carmo, Avenida Afonso Sampaio e Souza, Subprefeitura de Itaquera; Artur Alvim, Rua José Balanjio, 188, no Clube Escola Padre José de Anchieta; Pirituba, Avenida Agenor Couto de Magalhães, 32; CEU São Pedro, na Rua Professora Lucila Cerqueira; CEU Santo Amaro, Setor Avenida Padre José Maria, 555; Vila Manchester, Praça Aroldo Daltro, s/n.; Mooca, Rua Taquari, 635; Freguesia do Ó, Rua Jacutiba, 167; Tatuapé, Monserrat, 230; Vila Alpina, Avenida Francisco Falcone, 83; 1 no Setor 7405, na Rua Nabor de Moraes, Rua Mário Dallari, 170, deve ser esquina; outro no CEU Setor 8904, Avenida Ernesto Augusto Lopes, 100.

O Quadro Resumo dessa fase 1, essas obras recebidas: Artur Alvim, Freguesia do Ó, José Bonifácio, Mooca, Parque do Carmo, para 2015; Santo Amaro, 2015; São Miguel, 2015; Tatuapé, 2015; Vila Prudente também.

Na segunda fase, 2016: Pirituba, Campo Limpo, Sapopemba, Cidade Tiradentes, Jabaquara, Capela do Socorro e Jaçanã.

A definir, uma única área. Esses que eu falei, somam 19. Foram projetadas 20 construções e falta apenas um terreno. O mesmo se repete no que diz respeito à EMEI e aos CEIs.

Queria repetir algo aqui que eu falei com a Vereadora. No caso da Educação, para além da questão definida pelo Plano Diretor, estamos submetidos, por força de lei, ao Plano Nacional de Educação e ao próprio Plano Municipal de Educação.

Por que variações podem ocorrer? Não conseguimos construir onde não esteja a demanda. Temos que justificar, seja a desapropriação, seja em um terreno público. Variações, adequações, é óbvio que podem acontecer. Queria lembrar para vocês que o Plano Nacional de Educação se consolidou há uns 15, 20 dias. Portanto, o Plano Municipal de Educação, que foi enviado para esta Casa no ano de 2012, tem que ser retomado, tem que ser vista toda a adequação dele ao Plano Nacional. Por exemplo, queiramos nós ou não, a demanda de pré-escola tem que ser direta e plenamente atendida até o final do ano de 2016. E será atendida aqui em São Paulo. Já o atendimento à demanda de creche. Com o plano se consubstanciando em 2014, tem uma década para instituir que atendimento. Por exemplo, citando o plano nacional, ofertar vaga para 50% da faixa etária de creche até o final da década,

que é em 2024. Portanto, o atendimento na cidade de São Paulo vai estar acima e além daquilo que é proposto para o Brasil em todos os números e aspectos.

O SR. RICARDO NUNES – Para concluir: senhor falou de demanda. A região da cidade de São Paulo que tem a maior demanda de vagas é o setor de Campo Limpo, que pega Campo Limpo e M'Boi Mirim; o segundo pior da Cidade é Cidade Ademar, que compreende também Pedreira; como o mais ofertado é Guaianases.

Só para a sua informação, Sr. representante do Secretário, a Escola Lineu Prestes, em Santo Amaro, na Avenida Adolfo Pinheiro, tem sete salas vazias.

Então, o estudo da demanda com relação aos equipamentos públicos precisa ser melhor aprimorado. Pediria especial atenção para verificar a demanda da Cidade Ademar, para ver se a gente inclui o CEU na Cidade Ademar, o que é de suma importância. O senhor vai ver que é uma das regiões que tem a maior demanda da cidade de São Paulo.

O SR. PAULO FRANGE – o Vereador Ricardo Nunes é o maior especialista em zona Sul que nós conhecemos.

R – Se o Vereador me permite, no caso dessa escola, com todo o respeito, se entendi direito, essa escola citada tem mais de cinco décadas e veio sofrendo as transformações que a distribuição da população de São Paulo foi tendo que fazer. A fala é bastante pertinente porque demonstra que, com o passar do tempo, a política pública tem que fazer uma reorganização do uso de seus equipamentos, sim. Eu diria que daqui a muito pouco tempo, por exemplo, toda essa ação que a municipalidade, que os governos municipais estão fazendo para o pleno atendimento da demanda de creche, daqui a poucas décadas, esses equipamentos terão de ser reorganizados de acordo com o novo perfil que a população terá, o que vai ser o atendimento do idoso. Então, quando se faz esse planejamento todo, até isso tem que ser previsto. Agora a escola citada está encaixada numa região de comércio e outras atividades, com pouca concentração de população e é uma escola de ensino fundamental. Os usuários da escola de ensino fundamental não se matriculam em função do local de trabalho dos pais, mas, sim, em razão da localidade da residência. Portanto, é uma região que sofreu uma mudança de perfil até socioeconômico, e a escola realmente tem essa realidade hoje.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Quero fazer um pedido, já que a Secretaria se disponibilizou a encaminhar, talvez fosse importante nos encaminhar esses estudos de demanda que definiram, especialmente, os CEUSs e a metodologia que foi aplicada, porque me parece que há uma coincidência muito grande com esses equipamentos que têm baixo uso

da população do entorno.

Quando vejo que vamos transformar o Centro Esportivo do Tatuapé num CEU, comemoro porque podemos dar uma nova finalidade para um equipamento que vem com baixa utilização, mas não sei se o estudo de demanda determinou que lá seria o melhor lugar para isso. Então, acho importante nós termos acesso à metodologia aplicada para encontrar a demanda atual e a demanda projetada. Se estamos falando em um plano de 14, 15 ou 16 anos, não adianta trabalharmos com a demanda atual, mas, sim, com a projetada. O próprio quadro 10 apresenta só a demanda atual, porque apresenta somente os 20 CEUS, que o senhor falou que serão construídos até o final de 2016. É como se o plano, na área de centros unificados de educação, se esgotasse em 2016, e, a partir de 2016, não precisamos mais do plano.

Para fazermos com que o nosso discurso se assemelhe à prática é importante entendermos que o CEU anunciado ou solicitado para a Cidade Ademar, talvez não entre em 2016, mas, sim, em 2017, mas como só estão anunciados os 20 CEUS até 2016, o planejamento ficou curto.

Então, acho que vale o esforço para não terminarmos o planejamento dos CEUS em 2016 e permitirmos não concordo em 16, mas ele entra em 17. Mas como só está anunciado os 20 CEUs que vão até 16, o planejamento ficou curto. Acho que vale aí um esforço para gente não terminar o planejamento do CEU e, 16 e permite a gente ir um pouquinho além.

O SR. NABIL BUNDUKI- Boa noite a todos. Cumprimento os representantes das Secretarias: Saúde, Educação, Desenvolvimento Urbano, Vereadores e todos os presentes. Gostaria de fazer algumas reflexões sobre essa questão, primeiro aquilo que é possível ser discutida no Plano Diretor e aquilo que deve ser remetido para outros planos. O Plano Diretor trabalha claramente, e essa também é a linha da atual gestão está adotando, que me parece a mais correta, que é a ideia da integração dos equipamentos. Tanto que propõe um plano de articulação e integração da rede de equipamentos. Esse exemplo que acabou de ser usado, de equipamento que eventualmente possa ter uma demanda pequena na educação, mas pode uma demanda maior de idoso, ou a possibilidade das escolas com equipamentos de cultura. Temos de evoluir de uma figura, de equipamentos compartimentados para a área de educação,

saúde,cultura,esporte e lazer, com uma visão mais integradora dos equipamentos. Quando falamos que a Prefeitura do Município de São Paulo têm poucas áreas e equipamentos, muitas vezes temos essa situação que se coloca, é porque eles são mal utilizados e mal distribuídos. A ideia que está colocada no Plano, é uma ideia de integração dos equipamentos. E para isso está proposto um plano. O Plano Diretor não têm condições de ele fazer essa integração. Ele trata de muitos temas, mas ele indica um caminho para que as Secretarias da área social que devem trabalhar. Integrada, possam dar conta dessa integração dos equipamentos. Além, disso, ele também trata em um plano de gestão de áreas publicas. É outro problema sério. Temos falta de áreas publicas para equipamentos. O nobre Vereador Police, se referiu há pouco ao fato de se trabalhar com muita administração de área para sistema viário e pouco para equipamento. Na verdade, ressalto que tivemos um processo histórico que acabou gerando, de certa forma, uma redução das áreas de equipamentos e de áreas verdes também. as áreas verdes e de equipamentos destinadas nos diferentes loteamentos da cidade, grande parte delas acabaram sendo ocupadas por favelas. As mais de duas mil favelas cidade ocupam áreas livres de loteamentos. Não são áreas livres de loteamentos. São as áreas que no processo de parcelamento do loteamento deveriam ter sido destinadas para equipamentos e para áreas verdes. São processos históricos, onde a carência de espaços para habitação social acabou gerando essa situação, que é uma situação grave, principalmente na periferia onde mais se demanda equipamentos sociais hoje. Chamo atenção que há uma preocupação no Plano Diretor, no sentido de integrar, na medida do possível, outros projetos habitacionais, com a provisão de equipamentos sociais. Sejam nas urbanizações de assentamentos precários,sejam em novos conjuntos à necessidade de prevê as áreas de equipamentos que está previsto no Plano Diretor e de alguma maneira pode auxiliar essa carência de áreas para equipamentos existem. Estou tratando das questões mais estruturais, médio, longo prazo. Também há uma diretriz que busca associar nos projetos mais verticalizados de habitação, a possibilidade de utilização dos térreos, e da sobreloja do segundo andar, para equipamentos.

Que é uma questão que temos de avançar no sentido do nosso projeto de habitação dos projetos de equipamentos que é trabalhar de maneira integrada. Mesmo no Anhangabaú, próximo ao antigo hotel São Paulo, temos um a UBS, no térreo, temos habitação em cima. Antigo Hotel São Paulo, que foi reabilitado com essas características. Temos o Jardim Edith, lugar onde foi reurbanizada a favela do Jardim Edith, também temos creches, UBS, nos térreos de um prédio em edifício residencial. Essa é uma postura nova que tem de ser adotada que também pode suprir a carência de terrenos para habitação. Agora, não temos e precisamos vir a ter que é o planejamento de longo prazo, no mesmo prazo do Plano Diretor, da rede de equipamentos, compatíveis, com a previsão de crescimento da população das várias áreas. É importante dizer, que nos bairros consolidados da cidade, aquilo que chamamos do Centro expandido, que no Plano Diretor a macroárea de urbanização consolidada, tivemos uma perda significativa da população. Temos hoje, quase 500 mil pessoas a menos do que tínhamos em 1980, por problemas, da maneira como a cidade se organizou. Além de ter uma mudança do perfil social da população, que passou de uma população da classe média, classe média alta, a população de baixa renda, foi sendo expulsa dessas regiões e com equipamentos sociais, principalmente, escolas ficaram com demanda com espaço ocioso. O Plano Diretor busca reequilibrar essa condição, para que possamos, no fundo, da maior utilização dos espaços que já existem, e por outro lado, o enorme crescimento que aconteceu na área mais periférica da cidade, gerou uma carência e uma falta de equipamentos que o nobre Vereador Ricardo Nunes acabou de apontar. Por isso que existe, uma diretriz na parte de equipamentos, que é uma diretriz de priorizar a macroárea de redução da vulnerabilidade urbana, e recuperação ambiental, na implantação de equipamentos. Essa prioridade está colocada no substitutivo antigo, artigo 284, no novo substitutivo que protocolamos hoje. Tem outro numero mais está mantida como diretriz, porque, realmente se concentra as áreas de maior carência. No entanto esperamos que a cidade se reequilibre. Já aconteceu, não sei se processos que tem a ver com o Plano Diretor passado, ou por uma questão de uma recomendação da própria estação, já

tivemos uma situação desse tipo, entre 2000 e 2010. Depois de a cidade ter perdido população entre 80 e 2000, violentamente no centro expandido e no centro histórico, e um altíssimo crescimento da periferia chegou a 13% ao ano em Parelheiros e Grajaú, na década de 90, tivemos uma recuperação, uma pequena recuperação na estabilização da população na área central, e acredito que de 2010 a 2020, vamos ter uma recuperação mais significativa, o que poderá gerar uma demanda, nesses equipamentos que hoje estão ociosos e tivemos uma redução do crescimento, ou seja, o crescimento do município foi mais uniforme na última década. Isso tem um impacto nas demandas por equipamentos. Agora falta, talvez a partir desses dois planos, o plano de gestão de áreas públicas e do plano de articulação integração dos equipamentos que podem ser na verdade um embrião de um plano de equipamentos sociais, saúde, educação de longo prazo, associado ao plano de educação que também estão previstos no art. 288, que a Prefeitura elaborará, ou, se for o caso, revisará os planos setoriais de educação, saúde, esporte, assistência social e cultura. Esses cinco planos setoriais articulados com um plano de articulação, integração dos equipamentos podem gerar um planejamento da rede de equipamento na cidade de médio e longo prazo. O que nós fizemos, incorporar aqui no substitutivo que não foi nenhum trabalho, tanto da relatoria, foi mais um trabalho realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, foi trazer para o plano os equipamentos que estão planejados no horizonte de quatro anos. Porque é o que temos condição de fazer. Não temos condição de fazer no Plano Diretor esse plano mais amplo, mas está previsto, no horizonte temporal do plano, que sejam feitos os planos setoriais e, portanto prevendo a rede de equipamentos para poder completar.

Como disse no início do meu discurso, é difícil o Plano Diretor conseguir contemplar todo o planejamento que a Cidade precisa, é por isso que temos vários planos previstos no Plano Diretor, como o de Habitação, de Mobilidade, de Economia Sustentável da zona Rural, de Desenvolvimento Econômico nas áreas. São vários planos previstos, setoriais ou regionais, que têm de ser feitos dentro desse horizonte do plano.

Por isso temos de olhar o Plano Diretor com essa perspectiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Concordo plenamente com vossa fala, mas ela não está de acordo com a informação da Secretaria da Saúde. Ela deixou claro que no caso das UPAs – não há nada mais sensível na Cidade do que o atendimento de urgência – a proposta é reformar 20 unidades, que já são de OS, das 25. Portanto, vão continuar todas onde estão.

A Cidade cresceu. O Morro Doce não tem um atendimento de emergência. Perus tem um pronto-socorro. Então, vamos continuar reformando aquilo que já existe, sendo que a Cidade cresceu para outros lugares, e onde não há nada vai continuar sem nada. Acho que as informações estão dissociadas da Secretaria de Saúde. Ela está absolutamente distante do Plano Diretor.

Gostaria que o Eurípedes levasse o seguinte: parece que vocês realmente não acompanharam a discussão do Plano Diretor. Nenhuma das informações casa com o discurso do Vereador Nabil Bonduki. É confrontar o discurso do Vereador Nabil com a apresentação do Eurípedes, não bate uma coisa com outra. Para onde a Cidade caminha e para onde tem problema, vai continuar sem cama. Brasilândia continua sem um leito, sem uma cama – não vamos falar em leito porque é muito chique. Perus não tem uma cama. Morro Doce não tem uma cama. Em Taipas só existe o hospital geral que não funciona, que é do Estado, não é nosso e nunca funcionou. Então, não estamos construindo nada onde não existe nada.

Entendeu Eurípedes qual a nossa dúvida? Por que queríamos falar com o Secretário? O nosso Plano Diretor tem um monte de previsões. Nada encaixa com a apresentação da Secretaria de Saúde. Nada, nada. Há uma dissociação completa nisso. Quando se fala em integrar, no caso da Saúde teríamos de nos integrar com o Estado. Não há como chamar o Estado aqui, não adianta, não tem jeito.

Vereador Nabil, V.Exa. tem disposição e uma coragem enorme, não faltou a

nenhuma audiência pública em todo esse período, mas valeria a pena uma conversa da Relatoria com a Secretaria de Saúde para tentar fazer com que eles encaixem essa proposta dentro do conceito do atual Plano Diretor, que é aproximar o trabalhador do local de trabalho, aproximar as pessoas dos lugares de atendimento e proporcionar a proximidade do atendimento, principalmente de urgência e emergência. Não estamos fazendo isso no nosso plano de Saúde.

Acho que está bastante distante, Eurípedes. Por isso, desde o início, insistimos para que a Secretaria da Saúde acompanhasse esse plano bem de perto. Ninguém esteve conosco ao longo desse tempo, talvez por isso essa dissociação de informações. É um abismo. É como se estivéssemos em outra cidade, falando com outra figura. Não é culpa sua, Eurípedes, estou dizendo que estamos dentro de compartimentos diferentes.

Vereador Nabil; tenho 37 anos de medicina, 26 deles dedicados à Administração Hospitalar e à Gestão Pública de Saúde; dá uma mão à Saúde, porque senão vamos ficar com tudo aquilo escrito e não vai haver nenhuma mudança no plano. Dá uma mão porque agora fiquei bem mais inseguro do que estava quando comecei. (Palmas)

A SRA. SANDRA TADEU – O que me preocupa mais ainda, Nabil, é que só vejo o pessoal falar em cama, para não falar em leito. Mas, na verdade, quem está precisando de cama é quem está doente. Se tivéssemos Unidades Básicas, teríamos uma saúde preventiva. E se não tivermos uma saúde preventiva, haja leito. Pode fazer leito na cidade de São Paulo que não vai ter hospital que consiga sarar e cuidar de toda população.

Faço um apelo, já que vão falar com o Secretário. Necessitamos de uma saúde preventiva e de Unidades Básicas de Saúde para cuidarmos do hipertenso, da gestante, da criança e do diabético.

Se eu cuidar dessas quatro coisinhas, garanto mais de 70%. Não vai precisar nem de UPA, nem de pronto socorro, nem de tantos leitos. (Palmas) Estou certa, nos seus 37 anos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Está certinha.

A SRA. SANDRA TADEU - Vamos precisar menos leitos em hospitais se tivéssemos essas unidades básicas funcionando.

O SR. NABIL BONDUKI - Só queria completar, concordo com a Vereadora, penso que temos de ter uma ação preventiva. Inclusive quando falamos de integração dos equipamentos, sabemos que, obviamente, se tiver esporte e tiver saúde e educação que prepare as pessoas para uma boa alimentação e condição de vida. Se tivermos qualidade de vida, teremos menos necessidade de hospitais. (Palmas)

Falei aqui que numa perspectiva futura, de longo prazo, acredito que as secretarias em geral, fizeram um planejamento, ou estão com planejamento do médio prazo, que são do Plano de Metas e do PPA. Nós precisamos avançar, quando prevemos no Plano Diretor que devam ser feitos ou revisados os planos de Educação, de Saúde, de Cultura, estamos pressupondo que nesses planos que devem ser feitos, e que não vão ser feitos para o Plano Diretor, mas terão que ser feitos num certo horizonte de tempo, aí sim vai se estabelecer esse planejamento.

O Plano Diretor dá diretrizes, por exemplo, tem uma diretriz aqui que trabalha que em todos os distritos da Cidade nós devemos ter uma rede básica de equipamentos sociais. Está previsto também aqui no Plano Diretor que se defina o que é uma rede básica de equipamentos sociais. Que é outra questão importante para o sujeito trabalhar com a perspectiva de integração. Vamos ter de caminhar muito nessa questão.

A SRA. SANDRA TADEU - E o que seria uma rede básica de equipamentos sociais?

O SR. NABIL BONDUKI - Se a gente está falando aqui de três hospitais que estão sendo construídos, ou estão em vias de serem construídos, isso é para o horizonte de quatro anos. Para o horizonte de 16 anos, quais são as regiões que vão requerer novos hospitais, além desses que estão previstos, para poder ter uma cobertura territorial.

Então, penso que esse é um plano que tem de ser feito específico da área da Saúde. O Plano Diretor não teve condição de incorporar. Mas acredito que, em se fazendo esses planos previstos setoriais e o de integração de equipamentos, teremos condição de poder chegar lá. Talvez pudessem ser estabelecidos, inclusive, tempo, períodos para que eles sejam feitos e, dessa maneira, podermos ter mais possibilidade de acompanhar a sua realização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Vou passar a palavra para os nossos companheiros que vieram aqui hoje, agradecendo mais uma vez a presença. Esse assunto não tem fim. Ninguém comete tantos erros quanto na Saúde, é uma coisa impressionante.

Temos três hospitais anunciados pelo Estado que vai conseguir 750 leitos. Temos 16 mil leitos do Estado fechados, há mais de 10 anos. Dezesseis mil leitos de Santa Casa fechados no Estado, à mingua, caindo telhado, e vamos construir mais três hospitais em PPP agora. Muito robusto, uma proposta fantástica para o Estado de São Paulo. É bom que tenham mais três hospitais novos, mas temos 16 mil leitos fechados. Na cidade de São Paulo chega a quase três mil leitos fechados.

Estamos deixando fechar e vamos construindo prédios. Como a doutora falou logo no início, vamos fazer prédios.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Vamos chamar João Pedro Rosin, Conselheiro da Sub de Pinheiros.

O SR. JOÃO PEDRO ROSIN – Conselheiro eleito da Saúde, da Sub Pinheiros. Então, é assim senhores nobres Vereadores da Comissão de Política Urbana, quando da Operação Urbana Faria Lima que arrecadou 5 bilhões de reais, fui lá e eles fecharam o albergue feminino.

Fui lá, pedi pelo amor de Deus para construir um albergue feminino que, nada por nada, é a população mais vulnerável que tem na sociedade. Além de mulher, moradora de rua.

Eles falaram para mim que não contempla, só contempla viaduto, ponte, coqueirinho. Eu fiquei muito chateado porque a Operação Urbana arrecadou cinco bilhões de reais, está com 800 milhões em caixa e não contempla nenhum equipamento público social.

Eu fiz emendas e pedi para alguns Vereadores colocarem e parece-me que o nobre Vereador Andrea Matarazzo incorporou. Tem algumas modificações, principalmente no artigo 315, que fala do Fundurb. Em todas as fases da outorga onerosa, dos Cepacs, das áreas públicas colocarem três palavrinhas: equipamentos públicos sociais. Até então só falam em praça, corredor de ônibus, rua, mas ninguém fala que uma parte desse dinheiro vai para os equipamentos públicos sociais. Quando você constrói, você leva pessoas ou para morar ou para trabalhar. Essas pessoas têm sangue na veia, precisam de escola, educação, saúde. A mãe trabalhadora precisa de creche, o trabalhador precisa de uma UBS ou um pronto-socorro perto do serviço e não há.

Na Paulista, há 1,5 milhão de trabalhadores e não tem nenhuma UBS. Então, tem de levar em conta, Sr. Secretário da Educação, que a creche não é só para a periferia, mas aqui onde há também mães trabalhadoras.

Quando pedimos para colocar o trabalhador incluso no plano de educação e de saúde tem de por porque fazem parte da Cidade e estão contribuindo, pagam imposto.

Outra questão. Tem os planos regionais e os planos de zoneamento regionais e no plano de zoneamento já precisamos destinar aquela área para ser equipamento público, como falou o colega aqui, que existe a área pública, mas não está predestinada no zoneamento. Aquela área tem de ser equipamento público social, depois define se será saúde, educação....

Tem de definir nos planos regionais a parte de cultura, esporte, saúde, educação nos planos diretores regionais de cada subprefeitura, só assim que nós que moramos lá e sabemos as deficiências, doenças principais, questão do idoso, da criança, epidemiologia e nós podemos falar o que a região realmente precisa.

Vou entregar uma cópia da emenda aos senhores e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, João Pedro. Sueli Mandeba, do Defenda São Paulo.

A SRA. SUELI MANDEBA - Boa noite a todos.

Gostaria de falar sobre transporte. Em São Paulo há cerca de 30% de frota irregular. Isso não é assunto do Detran, é assunto da Cidade. Temos de retirar essa frota e não permitir que entre no Município e fique em outros lugares. Mas é imprescindível incluir esse

assunto no Plano Diretor porque, primeiro, redução da poluição, óbvia. Depois poderá se pensar em adensamento de forma adequada.

Temos também a questão do metro. São Paulo para ter uma malha razoável teria de ter no mínimo 500 km de metro. Faltam 430 km de metro, que tem de ser incluído no Plano Diretor. Com financiamento Federal, Estadual e Municipal. Alguém que faça esse estudo e inclua.

Faz sentido que essa malha de metrô é necessária para propiciar um adensamento saudável e não um adensamento imobiliário como estamos tendo, informado no Plano até então. Também queria retomar o que eu já falei em nível do Executivo e no início do Legislativo, que não foi ouvido ainda, que é sobre instrumentos urbanísticos, notadamente, consórcio imobiliário, concessão urbanística, que tem de sair do Plano porque se trata simplesmente de instrumentos para especulação imobiliária.

O Plano tem de ser para a Cidade de São Paulo, para o paulistano e não para especulação. Finalmente, tem de incluir o retrofit, os de edifícios existentes é uma coisa que o departamento de patrimônio histórico da Prefeitura deseja fazer na cidade e não conseguem colocar no Plano, porque o retrofit não interessa às empreiteiras.

Ainda há tempo de fazer um Plano que seja realmente para o paulistano, expurgando isso e, por favor, introduzindo as sugestões de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Lucila Lacrete, do Movimento Defenda São Paulo.

A SRA. LUCILA LACRETA – Boa noite a todos. Foi com muita surpresa que chegamos aqui e soubemos que essa audiência tinha o tema educação e saúde e que isso teria sido veiculado no site da Câmara porque o que lemos no Diário Oficial de sábado e no *Estado de S. Paulo* foi que essa foi uma convocação da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente para a 20ª audiência pública, no dia 16, para discutir o PL 688/13, conforme, substitutivo aprovado em primeira discussão.

Sai uma coisa no Diário Oficial, nos jornais de grande circulação e chegamos aqui

tem outra coisa, é uma belíssima confusão e o objeto de discussão é justamente é o PL nos termos do substitutivo, que é essa brochura. Só que esse substitutivo também está obsoleto porque sabemos que circula pela Casa uma versão de outro substitutivo do dia 10 de junho, que altera tremendamente essa proposta, inclusive, não sabemos se na nova proposta foram incorporadas as 380 emendas propostas pelos Vereadores e as centenas de emendas propostas por nós. Tive a oportunidade de rapidamente, porque tomei conhecimento disso na sexta-feira passada, passei os olhos nesse novo texto e as alterações são significativas.

Se a Câmara Municipal colocou no site que hoje a audiência pública era de educação e saúde e ninguém soube, porque não colocou no site o substitutivo novo. Nós temos que estar aqui discutindo um texto atualizado, temos de ter conhecimento do que está rolando nesta Casa porque é o nosso futuro que vai contar. Os Srs. Vereadores me perdoem, mas estou me sentindo muito desrespeitada com esse trololó todo que os Srs. colocaram em pauta porque queremos discutir Nabil pelo menos o substitutivo que você colocou em pauta do dia 10 porque muda, dá um desconto na outorga onerosa significativo que chega a 40%. Porque esse desconto para o mercado imobiliário se esse dinheiro vai para o Fundurb justamente para promover educação e saúde para a população.

Temos de saber também porque as ZEIs, na parte três, a macrozona de proteção e recuperação ambiental saiu e não existe mais antes nas ZEIs 1,2 e 4.

Nós temos que saber também por que as ZEIS, essa parte aqui no quadro 3, a macrozona de proteção e recuperação ambiental ela saiu, não existe mais, antes, nas ZEIS 1,2,3 e 4 o coeficiente era duas vezes a área do terreno e passou tudo para uma vale comum com o coeficiente que chega a quatro vezes a área do terreno.

Enfim, os eixos ainda estão nos mananciais, não estão nos mananciais? Inclusive no quadro 4 foi permitido que as ZEIS, 40% da área da ZEIS 5, possa ter usos residenciais que não Habitação de Interesse Social nem habitação de mercado popular e usos de comerciais e serviços. Então isso altera o conceito das ZEIS. É muito grave. Nós temos que fazer audiências

públicas com conhecimento do que está sendo discutido e eu peço, por favor, imediata publicação no *site* da Câmara. Se vocês colocaram que a audiência pública era para um tema diferente daquele publicado no *Diário Oficial* e em jornal de grande circulação, também tem que colocar a questão do texto que está sendo discutido nesta Casa, com todos os seus mapas e com todos os seus mapas.

Finalmente, também no *Diário Oficial* que eu li no sábado, a primeira página, tem inúmeros decretos de desapropriação de terrenos de particulares para instalar creches, escolas e postos de saúde, se não me engano. Eu fiquei perplexa com a quantidade de terrenos que parece que normalmente a Prefeitura desapropria para atender os usos institucionais que esse Plano Diretor não contempla. Então existe uma proposta de um adensamento brutal jamais vista na nossa Cidade sem nenhum controle de futuras leis ou estudos de impacto ambiental desse adensamento, sem a contrapartida da obrigatoriedade de instalação de usos, tanto de saúde quanto de educação compatíveis com essa nova população que viria.

Para terminar, nesse substitutivo versão do dia 10 de junho, o nosso tão desejado Plano de Bairro, a ser feito por lei não está por lei. Além de ele exterminar no seu artigo 27 as zonas estritamente residenciais. Gente, nós não podemos aceitar isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nós vamos responder depois, mas o substitutivo foi protocolado por volta de 19h15 ou 19h20, vai a publicação amanhã, são mais de mil páginas só com mapas, com todos os quadros e todos os textos, tanto que ele é publicado de hoje para amanhã, foi apresentado agora, às 19h e alguns minutos, após um acordo com todos os Líderes.

Vou passar a palavra ao Vereador Nabil Bonduki para explicar.

O SR. NABIL BONDUKI – Queria só esclarecer duas coisas. Primeiro, a respeito da audiência pública. A audiência pública trata de todos os assuntos do projeto, mas houve uma solicitação que houvesse alguns esclarecimentos da área de saúde e educação, que

foram pouco discutidos em audiências passadas, mas ele trata de todos os assuntos, não trata exclusivamente desse tema, assim como todas as outras audiências públicas não trataram. Houve apenas uma solicitação de aprofundar esses temas porque a audiência pública que foi prevista para aprofundar o tema da saúde e educação aconteceu num dia que teve greve de metrô, teve menos presença, então foi necessário tentar aprofundar esse tema, que é um tema importante, aliás, como foi dito, o Prefeito publicou decretos de interesse social exatamente para implantação de equipamentos sociais. Então não sei por que existe alguma coisa incorreta nisso. É papel do Prefeito decretar de interesse social para criar áreas para implantar os equipamentos que estão previstos no Plano de Metas. Esse é mais ou menos coerente com o que está previsto no planejamento da Prefeitura.

Em relação ao substitutivo, não existe substitutivo do dia 10. Existe uma minuta que circulou internamente entre mais ou menos coerente com o que está previsto no planejamento da Prefeitura.

Não existe substitutivo do dia 10, existe uma minuta que circulou internamente entre os Vereadores para que pudesse gerar um texto que pudesse se transformar num substitutivo. Esse texto se transformou num substitutivo, que foi protocolado hoje – só pode ser protocolado quando se abre o debate, então não existe substitutivo antes de abrir o debate. Então houve uma sessão hoje, em que se abre o debate sobre o Plano Diretor em plenário, o substitutivo foi protocolado e será publicado no Diário Oficial de amanhã, e estará também amanhã no site da Câmara, de modo que será dado pleno conhecimento público.

Em relação ao texto do substitutivo, acho importante dizer que não existe redução de 40% da outorga onerosa. Existiram alguns ajustes em alguns fatores de planejamento, reduções pequenas. Mas não houve redução. Aliás, longe de ter havido redução de 40%. Os recursos do Fundurb foram previstos para mobilidade e habitação, com recursos previamente definidos – 30% para mobilidade, que é uma prioridade, pois transporte com mobilidade é transporte coletivo e não motoristas, portanto, pedestres e sistema ciclovitário; e 30% para a educação, focado fundamentalmente na aquisição de áreas de ZEIS 3, portanto bem localizadas na Cidade. Aliás, houve um aumento das ZEIS mais bem localizadas, próximas aos eixos e nas áreas mais centrais da Cidade. Também é importante dizer que no texto as ZERs,

com suas características urbanísticas e paisagísticas, os seus coeficientes, estão mantidas, de maneira nenhuma ameaçadas, embora haja previsão de definição de corredores no interior delas, como, aliás, já existem, e que precisam ser regulamentados, e, em alguns casos, discutir os seus usos.

As mudanças que aconteceram no substitutivo não alteram substancialmente as características básicas do projeto original, que por sua vez estão mantidas no substitutivo. As alterações são muito menores, muito, muito menores, do que houve do projeto do Executivo para o primeiro substitutivo. Na verdade, foram feitos alguns ajustes, alguns acertos, algumas questões que foram incluídas, algumas emendas de Vereadores que foram incluídas, algumas emendas da sociedade foram incluídas, considerações do Executivo foram incluídas, mas não alteraram o sentido geral do projeto original.

Não vou me estender demais, porque acho que todos terão conhecimento amanhã. Todos poderão ler. E não há nenhuma intenção de que o projeto seja votado sem o conhecimento público, e é por isso que está sendo publicado.

Recebi um abaixo-assinado sobre a questão do Minhocão, que é uma reivindicação que foi incorporada. As questões trazidas pelos movimentos cicloviários foram incorporadas. A reivindicação por recursos predefinidos para a mobilidade também foi incorporada. Foram incorporadas reivindicações de vários segmentos da sociedade. Enfim, estamos buscando um equilíbrio no projeto, de modo que possa contemplar as várias preocupações colocadas. Claro que não vai nunca agradar 100%, mas o que se busca é chegar junto com a Casa, contemplando as questões mais importantes do projeto.

Creio que o objetivo da audiência pública de hoje continua sendo o substitutivo na versão aprovada em primeira votação, mesmo porque esse substitutivo já é com a abertura do processo em plenário de segunda votação. Nesse momento, estamos em processo de discussão do Plano Diretor, que deverá ter continuidade na quarta-feira e provavelmente semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Amanhã a sessão extraordinária começa a partir das 11 horas.

O SR. NABIL BONDUKI – Não, é quarta-feira, às 11h.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – E amanhã também.

O SR. NABIL BONDUKI – Não, não. Amanhã, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Amanhã cancelou?

O SR. NABIL BONDUKI - A de amanhã foi cancelada. Quer dizer, amanhã vai haver reunião ordinária, mas que não vai discutir Plano Diretor, que amanhã é um dia confuso, com jogo, etc. então, ficou definido que, quarta-feira, começando às 11h da manhã, teremos a manhã e a tarde para fazer a discussão do substitutivo, e terá também mais tempo para que o conteúdo dele seja absorvido por todos.

Inclusive, só um... Já que estamos falando aqui de equipamentos ...(ininteligível)..., neste substitutivo temos uma listagem ampla dos equipamentos que estão previstos, que é o substitutivo que está sendo... Que foi..., que, de certa forma, vem acrescentado em relação ao substitutivo passado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - OK. Obrigado, Nabil.

João Rogério Ribeiro, do Movimento Bairro Melhor.

O SR. JOÃO ROGÉRIO RIBEIRO – OK.

Boa noite a todos da Mesa, boa noite a todos que estão hoje em Plenário. Queria parabenizar mesmo, que vocês estão exercendo a democracia pura aqui, junto com nossos representantes. Há um mês que tenho frequentado esta Casa, só vi carinho de todos vocês. Vocês estão de parabéns, cada um mesmo, de parabéns.

Vim aqui hoje para falar que existem algumas coisas no mundo, na vida nossa, que são indiscutíveis - e vocês vão concordar comigo. Como o caso que o melhor Governo Federal que tivemos foi o de Lula e o de Dilma. Isso aí é indiscutível; a melhor Prefeitura de São Paulo é a de Haddad, o que é indiscutível também. Digo isso porque tenta discutir isso com alguém do PT ou com um petista. Tenta discutir para ver se existe a discussão.

Mas também não quero dizer que é totalmente ruim. Há muita coisa boa no PT, como também há coisas que não são. Você vê, o desemprego está aí; o concurso público para cargo de 930 reais teve 60 mil pessoas inscritas. Isso aí dá vergonha, é desespero, é desemprego.

A Prefeitura tem de cuidar de nossa cidade de São Paulo inteira - não é só de determinados assuntos. Vindo pelo metrô, eu e minha esposa, passamos pela Praça da Sé. A Praça da Sé fede cocô. Há gente defecando na rua aqui em meu País, em minha São Paulo, gente. Para isso aí, todo mundo fecha os olhos.

Isso daqui, olhem, se eu perguntar para vocês aqui, se forem capazes de levantar a mão para mim: quem é a favor ou não... Quem é a favor da redução da maioria? Da minoria? Quem é a favor? Por favor, quem é a favor levante a mão. Quem é a favor da redução da minoria? Redução da maioria? Quem é a favor? Muita gente aqui é a favor.

Mas é proibido de discutir, porque há uma cláusula pétrea, que foi feita no Pacto de São José de Costa Rica. Temos de tomar cuidado com essas cláusulas pétreas que vamos fazendo, vamos querendo para proteger a nossa ideologia, proteger nosso ambiente, porque as coisas mudam.

E, novamente, dentro do Plano Diretor, temos artigos que podem prejudicar esse direito democrático de estar discutindo cada detalhe do seu bairro com outras pessoas que também moram no bairro da gente.

Se está bom para você, discuta com quem está ruim. Não queira calar a boca da pessoa, não queira impedir de ela falar. Vamos ouvir, vamos ver qual é o melhor para nosso bairro. Todo mundo aqui é amigo, todo mundo quer o melhor de sua vida, todo mundo é brasileiro, todo mundo é São Paulo, todo mundo é corintiano...

Ah, há uns que não são, estão vendo? Vocês podem discutir. Agora, já pensou se eu impusesse que todos teriam de ser corintianos, ou são-paulinos, ou estar de cor-de-rosa? Não, cada um seja o que quiser de sua vida, não é?

Então, pessoal, não quero dizer que sou inimigo de nenhum bairro, de nenhuma ideologia. Estamos defendendo sim a mudança dos artigos que querem tolher nossa liberdade, entenderam? Então, é só isso, pessoal. Luto pela democracia, não luto por dono de prédio, de *home office* que quer cercar um bairro para fazer um gado para ser obrigado a ter imóvel. Não

é nada disso, gente.

OK, boa noite a todos. Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado.

Artur Moreira, Associação dos Moradores do Jardim da Saúde.

O SR. ARTUR MOREIRA - Boa noite, nobre Vereador; boa noite a todos.

Meu apelo é simples. Durante muitos anos, os moradores do Jardim da Saúde preservaram, em várias gerações, aquilo que é mais rico para sua população, que é a sua vegetação. Não só as entidades oficiais, mas principalmente os moradores nas suas ruas e nas suas casas preservaram durante muitos anos essa qualidade. É essa qualidade que o Jardim da Saúde quer manter. O Jardim da Saúde quer manter tudo como está, sem nenhuma mudança.

O nobre Vereador Paulo Frange falou sobre a laranja. Quando criança, eu admirava o meu pé de laranjeira, que era uma bela árvore. A imagem dessa bela árvore continua nos jardins do bairro Jardim da Saúde. É isso que queremos manter e vamos lutar para que isso aconteça com a ajuda dos nobres Vereadores presentes.

Muito obrigado pela vossa atenção. Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Paulo Nogueira, do Jardim da Saúde.

A SRA. (NÃO IDENTIFICADA) – Boa noite. Em primeiro lugar, queria falar sobre a democracia. A gente está num país democrático. É democrático, mas nem tanto, porque algumas coisas acontecem como informações distorcidas e o próprio empenho pessoal em cada audiência. Às vezes não somos ouvidos.

O Jardim da Saúde foi amplamente estudado antes de virar um bairro tombado e zona residencial. Lutamos por dez anos até conseguirmos e foi no próprio Governo do PT que a gente admirava muito. Foi uma luta muito bacana, de todos os moradores. Fizemos audiência pública no bairro, aqui na Câmara. Lutamos muito para preservar, porque lá é um lugar muito

arborizado e a Cidade inteira – a Cidade inteira eu não digo – mas muitas pessoas do entorno vão usar o Jardim da Saúde para andar, correr.

Então, é uma área de vegetação. Se o Jardim da Saúde deixar de ser residencial o que vai acontecer é uma depredação.

Outra coisa que dizem é que as casas perderam seus valores. Não é verdade, continua aquecido o mercado imobiliário. Disseram que é um lugar inseguro. Pelo contrário, já ficou provado por nossos mapas que não é um lugar inseguro – a Cidade inteira é – é menos insegura do que quase todas as outras áreas da Cidade.

Convido todos vocês a irem ao Jardim da Saúde e aproveitarem o verde, o mínimo de sossego que temos. Destruir a área não trará benefício nenhum para ninguém, a não ser para um especulador, para alguém que está querendo vender o seu imóvel ou para quem está querendo fazer algum tipo de ilegalidade.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Ana Carolina, da Associação pró Campo Belo.

A SRA. ANA CAROLINA – Olá, ilustres da Mesa e todos os presentes. Estou aqui pela segunda vez.

Dessa vez não trouxe muitas apostilas para entregar. Vou falar sobre a questão do zoneamento do Campo Belo. A gente passa por dificuldades ali e também pela mudança do artigo 1, quando se fala de Zona Estritamente Residencial, limita o que aconteceu com a nossa região do Campo Belo.

O Campo Belo era uma zona mista; foi bloqueada com uma liminar que transformou em ZER 60 ruas da região. Enfim.

Quando o Plano é mal discutido, ele abre incidência para haver uma discussão no Judiciário, e a maioria dos comerciantes vive com esse problema de conseguir uma liminar. É muito complicado falar sobre este Plano Diretor. A princípio, cheguei a olhar. Por exemplo, o

artigo 13 agora está se remetendo ao artigo 10. Ao chegarmos ao 10, ele nos remete ao artigo 27, que é uma verdadeira colcha de retalhos. Eu não entendi o 27. Estudo Direito há mais de 20 anos e não o entendi.

Limites. O artigo 13 excluiu a zona estritamente residencial. Ótimo, excluiu. Mas não entendi. Remete ao 10, depois vai ao 27. E não foi publicado. Eu já dei uma olhada. Desculpe, ficou confuso.

A função da Prefeitura é proteger a Cidade. A Cidade tem a função social de proteger a propriedade. A função social da propriedade qual é? Manter uma coletividade. E a coletividade do Campo Belo como está. Passe à direita na Bandeirantes: casas abandonadas, moradias que ninguém aluga. Está tudo “noia”; “noia” invade residência. Pronto.

Olhem para o lado de Moema. Bonito. Não há só prédios em Moema. Entre na Bandeirantes e olhe, há casas bonitas e alguma padarias. Olhe para Campo Belo, horrível. Como você vai morar lá? É insalubre morar na Avenida Bandeirantes. É insalubre. O IPTU qual é? Comercial. É IPTU comercial. E aí é uma zona residencial. (Palmas)

Horrível. Campo Belo, Brooklin. O substitutivo eu não entendi. Li cinco vezes. Bandeirantes é residencial do lado direito. Moema está lindo, Moema é maravilhoso. Minha avó paga IPTU comercial. Está lá, a casa largada, abandonada. Ela não vende, não aluga. Quantos comerciantes brigam! Na Avenida Bandeirantes, semana passada, um comerciante soube: “Fecha em cinco dias. Aqui é residencial”. Os comerciantes vivem essa briga no Judiciário. Abre margem para “judicializar” uma lei totalmente nefasta.

Enfim, analise tudo, por favor. Excelências, ilustres, por favor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ainda bem que a Ana Carolina não é advogada criminalista.

Sr. Mauro Alves da Silva, Vice-Presidente da Consabeja, Jabaquara.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Sou Vice-Presidente Consabeja, que é o Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairro do Jabaquara.

Quero cobrar novamente do Plano Diretor o seguinte: mesmo com as modificações colocadas, não há garantia nenhuma de que o morador que é desapropriado vá morar na mesma região. Lamento que o Vereador Ricardo Nunes não esteja aqui. Já fizemos a sugestão no artigo das operações urbanas, o 78, para que seja garantido, primeiro, um número mínimo de equipamentos sociais. Não adianta você dizer que vai ter equipamentos sociais. Tem de ter um número mínimo; já que você vai fazer uma operação urbana daquele tamanho, que garanta segundo o Plano Municipal de Educação, o Plano Municipal de Saúde.

Outra coisa: a remoção – aí pedimos no 141, o sétimo, que a remoção de moradores somente ocorra com o projeto executivo aprovado, porque há casos de pessoas que foram removidas de Águas Espraiadas há sete, oito anos e ainda estão no aluguel social. Imagine o caso de um proprietário.

Para vocês saberem que não é questão de Jabaquara, foi dito aqui que já saiu a publicação da desapropriação para creches e também para corredores. Então, esse problema que o Jabaquara está sofrendo vocês vão sofrer em todas as regiões, sem garantia de moradia.

Falo isso porque lá no Jabaquara está se vendendo um imóvel novo a 7 mil reais o metro quadrado, e a Prefeitura está querendo desapropriar a menos de mil reais. Então, você tem um imóvel que você pagou por 10, 20, 30, 40, 50 anos ou mais, você é desapropriado e te entregam um valor em dinheiro que você não consegue comprar outro; mal e mal consegue comprar do programa Minha Casa Minha Vida, que foi aprovado aqui por 126 mil reais.

Outra coisa: agora foram desapropriados recentemente 41 prédios na região central pelo valor de 200 mil reais. Lá no Jabaquara estão querendo pagar por um imóvel de 150 metros quadrados, construído, por menos de 150, 160 mil reais.

Para não fugir do tema, Saúde e Educação, quero dizer que a Prefeitura Municipal – tanto as gestões anteriores como a atual – realmente é ignorante na questão de planejamento educacional. Primeiro que os equipamentos são subutilizados porque não existe

incentivo. Por exemplo, temos visitado todos os CEUs e eles estão subutilizados, inclusive por falta de planejamento. O CEU foi criado para você utilizá-lo 24 horas por dia, mas, para usar verbas da Educação, Cultura, Esportes e Saúde, Guarda Civil Metropolitana, colocaram até creche. Com isso, você não pode usar a quadra porque acorda as crianças.

Outra coisa: os equipamentos esportivos...

Eu tenho, não adianta fazer cara feia, não, porque vamos agora – agora não porque é noite... Nós visitamos, na discussão do Plano Diretor, todos os CEUs onde houve audiência. Lá em Perus, em pleno domingo, meio-dia, havia meia dúzia de pessoas na quadra. E lá é uma região carente. Então, não é subutilização porque já há os equipamentos e não há população, não, mas sim porque não existe incentivo. E agora o que estão querendo fazer? Como não há incentivo, vou colocar uma UBS, uma piscina... Foi dito aqui que vão colocar uma piscina no hospital. Não entendi essa. Vocês precisam ver. Tudo isso para usar verba de Saúde para Esporte, verba de Educação para Cultura e para alguma outra coisa.

Para finalizar, Vereador Paulo Frange, eu gostaria que talvez a Casa aprovasse um projeto que a Secretaria de Educação prestasse contas regularmente porque nós temos a contabilidade criativa. O Fundeb, que é Estadual, recolhe dinheiro de todas as cidades do Estado de São Paulo e devolve para a Prefeitura, porque ela tem um número maior de matrículas. Só que ela pega e inclui alguns valores nos 30%. Então, ela mesma destrói esse dinheiro que veio de outras cidades. Vem aqui e coloca nos 30%, inclusive verba do salário-educação. Essa questão de creche é uma vergonha, porque o pessoal está prometendo uma coisa que não vai construir nunca. E com desapropriação, sem garantia do morador.

Para finalizar, o Consabeja está convidando todos os moradores da cidade de São Paulo para um evento no dia 20 de junho no Centro Cultural Jabaquara, ao lado do Hospital Saboia, para discutir desapropriação, porque o que estão fazendo com os proprietários é uma vergonha, e vai ter enfrentamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – José Roberto Alves, Secretário-geral do

Consabeja.

O SR. JOSÉ ROBERTO ALVES – Boa noite a todos. A Constituição garante saúde, educação e moradia como direito social. As desapropriações estão sendo levadas somente para especulação imobiliária. Estamos sendo massacrados, bairros todos querendo ser destruídos para garantir construção de espigões e trânsito de carro. Viadutos e etc.

Temos uma dívida que foi, de 2000, de 11 bi, pagamos 24 bi até o ano passado e estamos devendo 54. E ninguém está nem aí com a questão de orçamento, porque a maioria dos juros que pagamos – 3 bi por ano – a dívida cresce 5. Portanto, ela é impagável. E descaradamente, ninguém quer discutir isso. Digo da administração pública.

O Jabaquara está abandonado sempre. Ele foi um bairro criado pelo Estado e tem o mínimo de equipamento público municipal. Agora estão querendo nos enfrentar e nos expulsar para Parelheiros, Marsilac, sei lá, tirando um direito, sendo que estávamos pagando imposto há mais de 50 anos.

O Fundeb é uma enganação. Quando cobramos o dinheiro está mal investido no ensino fundamental, respondem dizendo que o dinheiro está no infantil. Quando cobramos da educação infantil, dizem que está no ensino médio. Quando se cobra do ensino médio, dizem que o dinheiro está sei lá onde. Foi uma enganação.

O plano educacional, dito pelo representante da Educação, é uma balela. Faz 20 anos que está sendo discutido aqui e não existe. Ele disse do pleno atendimento, sabem por quê? Na LDB há uma previsão de 200 dias de ano letivo. Eles reduziram o turno. Existem escolas com quatro turnos e os 200 dias não são cumpridos, apenas 75%, e eles dizem que é cumprido 100%.

Pasmem, por que não tem dinheiro para nada, despedem funcionários e ainda o Secretário – um pilantra – diz que vai usar o Fundo da Criança para resolver o problema da creche. O Olavo Setúbal, em 1980, disse que precisaria de 50 anos de Orçamento para resolver o problema da creche em São Paulo.

Por isso são todos palhaços e nos querem de nariz vermelho.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Para construir uma nova sociedade para o novo mundo do trabalho e empreendedorismo é preciso investir em políticas públicas de formação do novo cidadão; que é a criança, o adolescente e a juventude.

Dois anos antes de a Marta Suplicy sair candidata, eu participava de uma Conferência de Educação na cidade de Betim, onde ela era palestrante. Foi lá que a lançamos para a Prefeitura de São Paulo e eu idealizei a construção dos CEUs. Ainda falei para ela construir um em cada distrito. Esses CEUs, do Governo Serra até o Governo Kassab, foram sucateados e jogados às traças por uso do tráfico de drogas.

Voltando à área da Saúde, participamos de 14 Conferências Nacionais de Saúde, onde idealizei o Samu, logo na 1ª Conferência. A partir da décima Conferência Nacional, lancei a ideia das moto lanças e das ambulâncias aéreas, instaladas em helicópteros – que ocorreu agora -, inclusive das academias e do esporte da saúde. Porque a cada um real investido em políticas públicas nas ações do esporte, economizamos 3 dólares na saúde.

A Saúde em São Paulo está sucateada. Em seis anos, o Governo Kassab roubou da cidade de São Paulo cerca de 14 bilhões de reais e desse montante, 19% foi da Saúde. O Governo do Estado, além de estar roubando cerca de 185 bilhões, sendo que 33% são da Saúde e não investe nada. Mas agora vou dar entrada no Ministério Público Federal e na Polícia Federal denunciando esse bando de ladrões e seus comparsas que sucatearam e vêm sucateando os cofres públicos e limpando os bolsos do povo paulista. Inclusive vou começar denunciar as operações terroristas, porque esse ladrão distribui dinheiro em tudo quanto é lugar para me perseguir no Estado de São Paulo.

Era o que tinha a dizer. Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa noite a todos e todas, Srs. Vereadores Paulo Frange, José Police Neto e Sandra Tadeu Srs. representantes da Secretaria de Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Urbano. Srs. Munícipes, Conselheiros e Conselheiras, a quem homenageio por meio do querido Sr. Gerônimo Henrique, morador e militante da talvez única ação habitacional de Operação Urbana, no Jardim Edite, de Estado que foi feito seriamente em prática nesses últimos 20 anos. Realmente é lamentável que uma Cidade como esta, em 20 anos, produzir uma habitação e ainda precária - porque a AMAs não existe, sumiu -, incompleta, mas tomara, Oxalá, que chegue à completude, ao exemplo do que é o Jardim Edite na questão da Operação Urbana.

E isso nos preocupa, porque lendo novamente o Plano Diretor, uma Operação Urbana que existe na atual legislação, desde 2001, que é a Vila Sonia, na região do Butantã, desapareceu. Como pode uma Operação Urbana dentro da lei com previsões de metrô e de terminais, desaparecer como um passe de mágica? Não sei se a população da Vila Sonia e do Morumbi se atentou a esse fato, que não parece um pequeno detalhe esse sumiço da Operação Urbana Vila Sonia. Também a questão de projetos como Arco Tietê e Arco Leste que não deixam muito claro sua extensão, porque no Mapa 2-A, nem os distritos, nem as Subprefeituras são citadas, portanto, é um erro muito sério. Tomara que essa discussão continue para que esse plano seja feito com maior completude e precisão.

Com relação às audiências públicas, a realizada no dia 17 de abril, na região Leste, que compreende o Bresser, Distrito da Mooca, Senai, não ocorreu. E até agora essa região aguarda a sua audiência pública, como ocorreu na zona Norte, na zona Sul e na Centro-Oeste. Por que a região Leste vai ser prejudicada de novo? A reunião do Bresser desapareceu. Como também é preocupante o exemplo trazido pelo Vereador Paulo Frange da ausência de creches no Brás, uma região histórica, um patrimônio da cidade de São Paulo e um dos mais antigos distritos. Deve ser uma vergonha para a Secretaria de Educação apresentar esse dado de ausência de creches na região Brás. Não é só no Brás não. Isso acontece no Gasômetro, a

região do Bresser e do Oriente. Realmente, a região do Brás é bastante grande e aí ocorre algo muito grave, Vereador Nabil Bonduki, que sempre está presente ouvindo minha fala.

Há pouco respeito à participação no processo. Foi falado sobre a questão do Jardim da Saúde, do Distrito Cursino. Foi realizada alguma audiência no Jardim da Saúde, na região do Cursino ou na Vila Moraes? Fizeram alguma? Não. Fizeram alguma no Campo Belo, na região do Aeroporto, do Ibirapuera ou na região da Cupecê? Não. Como será aprovado um plano para 16 anos, se não foram feitas audiências públicas onde a população precisa, diferentemente do processo de 2001, esse sim bastante democrático, que inclusive oficializou o Orçamento Participativo que os senhores não querem oficializar.

O Orçamento Participativo é isso, a participação no Orçamento e também no Planejamento local e não essa mentira feita pelo Sr. Fernando de Mello e amiguinhos de fazer audiências e desrespeitarem o que foi feito nas audiências nas Subprefeituras em abril e maio do ano passado, onde se falou muito de saúde, de educação e quando chega aqui, não tem nada. Existe o plano de meio ambiente e de transporte, mas não o de habitação nesse substitutivo.

Parabenizo a Arquiteta Lucila por sua lúcida fala, quando diz que o que está aqui já não vale mais. O que vale agora é a publicação do substitutivo. A partir de amanhã vamos fazer mais audiências públicas. Não deixaremos aprovar um plano desse jeito antiparticipativo, nem um pouco transparente e inclusive coloco suspeição sobre esse processo nesse Plano Diretor, que valerá por 16 anos.

Solicito da Comissão de Política Urbana mais respeito, transparência e participação. Pelo menos deveríamos realizar dezenas de audiências públicas para poder aprovar, com participação popular, um projeto sério para a cidade de São Paulo. Nem mesmo o mapa do Carmo, que está na lei anterior, se negam a colocar no novo substitutivo. Pois bem, um mapa que está na constituição do Município, na Lei Orgânica, desaparece do Plano Diretor, então, vamos consertar e trabalhar melhor esse plano.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. Carlos Alberto Pinheiro.

O SR. CARLOS ALBERTO PINHEIRO – Boa noite a todos. Fiquei sabendo desta audiência pública pelo *facebook*, um colega postou e é a primeira vez que participo.

Nós da sociedade civil, que viemos e temos o direito de falar por três minutos, temos de criar nossos próprios fóruns de discussão e encaminhar por escrito ao Legislativo. Não devemos ficar limitados a esse tempo, ouvir tanta coisa e todas as audiências públicas são dessa forma: um monte de político falando e depois, no finalzinho, quando todo mundo vai embora, inclusive, muitos da Mesa, aí a população tem o direito de falar.

Gostaria que o Vereador Nabil Bonduki estivesse presente, infelizmente saiu. Meu questionamento é o seguinte: o artigo 341, em seu inciso II, fala de perfil natural do terreno, mas como arquiteto entendo que perfil natural do terreno tem de ter uma base. O que é esse perfil natural do terreno? O VO Gegrand do ano tal, a carta da Emplasa do ano tal, mas temos de ter uma base, o que é o perfil natural do terreno? Trabalho com projeto no dia a dia e precisamos dessa informação e, muitas vezes, não temos como contestar.

Coloco uma ideia aos nobres Vereadores, com relação ao perfil natural do terreno, que ele seja considerado acima da cota da rua. Se estiver acima, é uma coisa, agora se o terreno estiver abaixo da rua, o cidadão vai construir até chegar ao nível da rua, vamos chegar a uma questão de acessibilidade. Se existe um número que tem de ser atingido e se chegar antes do nível da rua, se ele for um cadeirante, como vai fazer? Ele vai ter de colocar um elevador? Muitas vezes os terrenos da periferia têm cinco metros de largura e acima desse limite que está sendo colocado aqui exige recuo. O cidadão já tem um terreno de cinco metros de largura e ainda vai colocar recuo? Ele vai morar aonde? Recua de um lado e de outro, ele vai pegar um guarda chuva e vai ficar dentro do terreno, porque não tem onde construir.

A situação é séria. Colocam um bando de playboizinhos, no ar condicionado, para

fazer um Plano Diretor, que não conhecem a realidade e na hora de ouvir a população, ela tem três minutos para falar. Essa questão é muito importante. Acho que um bairro tem de ter uma padaria, um mercado, não é só residencial. (Palmas) Ou você tem de pegar o metrô para comprar o pão? Tem de pegar outro metrô para ir à farmácia?

Vereadora Sandra Tadeu, trago outra questão. Sou evangélico, constatei que algumas igrejas evangélicas não colocam placa e fui perguntar por que. Porque o Plano Diretor não permite ter igrejas no local. Não estou falando apenas da evangélica, da católica, da umbandista ou da espírita. As pessoas querem frequentar a igreja mais próxima da sua casa. É a relação com aquela comunidade.

Por isso peço à Vereadora Sandra Tadeu, que de vez em quando frequenta a igreja do Brás – já a vi -, que contemple os templos religiosos para não ficar apenas na questão dos evangélicos.

Outra questão é: já que terá outro plano substitutivo, tem de abrir uma nova discussão nesta Casa, dar oportunidade para a população se manifestar. Acredito que esse substitutivo é devido às audiências públicas, mas temos de ter um novo debate, porque fizemos uma série de audiências públicas com base nesse caderno aqui. Temos de ter conhecimento e opinar.

la falar de Parelheiros, mas não vai dar tempo. Quero encerrar por aqui, dizendo ao Vereador Nabil Bonduki que procurei sua Assessoria por mais de um mês para questionar sobre o plano e não fui atendido. Não fui atendido. Moro em Embu-Guaçu, divisa com São Paulo, vim três ou quatro vezes aqui, pedi informações e a Assessoria nunca marcou comigo. Liguei e a Assessoria do Vereador Nabil Bonduki nunca me atendeu.

Quero deixar esse registro nesta audiência pública. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Antes de chamar o próximo orador, Sr. Carlos Alberto, o Plano Diretor Estratégico, essa versão do primeiro substitutivo, o Vereador Nabil se reuniu com os Vereadores evangélicos, com os católicos, enfim, com todas as

tendências religiosas da Casa e, no texto, foi acolhida uma forma de contemplar todo tipo de atividade religiosa, até mesmo nos bairros mais distantes. Portanto, onde antes havia impedimento, espaço para fazer reunião, o sistema de via local dos bairros ficou resolvido num artigo elaborado e bastante debatido na Casa com todas as tendências religiosas. Então, todas as forças foram contempladas.

Esse Plano Diretor é o primeiro da história de São Paulo que fala a palavra religião. Se buscar, encontra, pela primeira vez. Esse foi um avanço. Todos os Vereadores da Comissão participaram bastante e foi discutido exaustivamente. É uma boa lembrança, porque, na verdade, foi um avanço.

Com a palavra o Sr. Alex Canuto, do Movimento Defenda São Paulo.

O SR. ALEX CANUTO – Boa noite a todos e todas. Quero falar rapidinho o seguinte: estou vendo esse Plano Diretor, mais uma vez, a ação de dois atores, nesse cenário bonito de São Paulo, complicada. A especulação imobiliária querendo adensar aqui e ali e o pessoal da infração querendo regularização, anistia ou qualquer outra palavra que se queira dar a isso.

Lembro que discutimos no plano anterior, há dez anos, que havia essa regularização, todo esse processo de anistia – não com esse nome, o nome nunca apareceu -, e que isso ia anistiar indiretamente muita gente e estimular novos pleitos por anistia. Dito e feito. Anistiou muitos comerciantes que estavam irregulares e hoje temos uma nova leva de gente pedindo regularização disso ou daquilo.

Regularização não tem a ver com classe social. Não estamos aqui numa disputa de rico contra pobre. Estamos numa disputa entre infratores e respeitadores da lei.

- Manifestação na plateia.

O SR. ALEX CANUTO – Os infratores podem ser ricos, de classe média ou pobres, isso não importa. Tanto o pessoal que invade um terreno de manancial quanto o pessoal que tem um comércio de luxo ou o pessoal que constrói um edifício de luxo, a da Rua Tucumã era o

mais famoso, mas existem outros. Eles constroem irregularmente e depois querem sua anistia, sabe? E isso é sintomático.

Quando foi perguntado aqui sobre a redução da maioria penal, em massa, o pessoal levantou a mão. Acho até coerente. Quer dizer, quando o infrator veste camiseta regata, é pau, reduz a maioria penal, aumenta o punitivo. Quando o infrator é de colarinho branco, é anistia. É regularização, coitadinho, ele não sabia que a lei era assim. E o pior é que nós do Defenda São Paulo temos de ouvir que somos elitistas, de classe média...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEX CANUTO – Cidadão, calma, se inscreva para falar. Presidente.

- Manifestação na plateia, fora do microfone.

O SR. ALEX CANUTO – Gostaria que descontassem meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos nos ater ao tema do Plano Diretor.

O SR. ALEX CANUTO – Isso é sintomático e mostra como é o perfil de cada lado.

Nessas disputas, quero dizer que não é justo...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEX CANUTO – Meu amigo, cidadão! Lamento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos encerrar?

O SR. ALEX CANUTO – Quero terminar minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Mas se o senhor continuar criando clima.

O SR. ALEX CANUTO – Não estou provocando ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Mas nós não viemos discutir maioria penal, desculpe. Esse assunto não está em pauta, nem hoje e nem na sociedade. Esse assunto é discurso de véspera de eleição, em que aparecem uns malucos para discutir esse assunto.

- Manifestação na plateia.

O SR. ALEX CANUTO – Vereador, não fui eu que levantei esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Aliás, a audiência pública de hoje, talvez seja uma das poucas que tratou do assunto saúde e educação, pena que não foi melhor divulgado. Mas a Saúde e Educação foram assuntos tratados exaustivamente, só nas campanhas eleitorais, depois nunca mais, só daqui a dois anos. Vamos tratar só do tema da audiência hoje, que é Plano Diretor. Para que possamos levar adiante o trabalho.

O SR._____ - Apenas para fazer colocação no meu movimento, que muitas vezes é acusado injustamente, de ser elitista, tudo isso.

- Apartes fora do microfone.

O SR._____ - Gostaria de concluir para saber de que lado o Prefeito Haddad e essa Casa, vai se colocar em uma disputa dessa ai com os valores que cada lado defende e que pessoal do meu lado não defende muito esses valores ai. Defendemos a preservação da cidade: das áreas verdes, do baixo adensamento populacional, porque hoje, muito da falta de água se deve, não só pela falta de investimento, mas também pelo adensamento populacional, por isso defendemos a preservação das ZERs e dos mananciais, a democratização das ZERs, que chega nas periferias da cidade e que os moradores da periferia possam ter a qualidade de vida, possam ter a sua amplitude térmica, sua média térmica, durante o ano reduzida também e tem sua qualidade de vida. Será publicado um novo substitutivo, então tem de haver uma audiência pública após esse novo substitutivo. Esse espaço pode ser valido como discussão, como amadurecimento da discussão, mas não é válido como audiência publica, posto que não foi publicado o último substitutivo. E após o substitutivo tem de haver audiência publica prevista em lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Deixar bem claro que não temos a obrigação de fazer nenhuma audiência pública a mais. Estamos fazendo, até muito acima. Estamos com mais de 60, entre as regionais e as da Casa. vamos fazer tantas, quantas necessárias, se for surgindo temas polêmicos, mas por enquanto o debate começa no plenário

e vamos tratar esse assunto agora, porque tem aqui 55 vereadores com a responsabilidade de conduzir esse assunto e levar para vocês na medida que for sendo tratados assuntos polêmicos.

Com a palavra a Sra. Suzy Hider

A SRA. SUZY HIDER - Sr. Presidente, Srs. Vereadores e todos os presentes, passo a ler para me ater ao tempo. Venho aqui diante dessa Casa, da Cidade de São Paulo e não venho aqui representando a associação de moradores ou similares. Venho aqui por dever cívico e ético, não posso me calar. Sou da opinião que não se mexe no que é referência de excelência no Plano Diretor. As ZERs pelas suas características permitem certo controle sobre as inépcias do Poder Público e da nossa famigerada administração pública. Alguém tem alguma dúvida desses fatos? Eu não! E não adianta recorrermos a hipocrisia. Travo a seguinte questão: temos uma área que só que só se segura da degradação e da criminalidade porque ela é vizinha a uma ZEIs e tem um imóvel que pertence a Prefeitura do Município de São Paulo, que desapropriou esse imóvel em 1973. Esse imóvel tem sido fruto de inúmeras denúncias nos conselhos e segurança e inclusive chegamos a ir à Prefeitura do Município de São Paulo, sub da Sé, levando a denúncia e pedindo, encarecidamente, ao subprefeito que faça uma creche. É uma área que precisa de creches. Esse local foi desapropriado em 1973, pela Prefeitura do Município de São Paulo, está abandonado, entregue ao tráfico e só não é pio porque é vizinho a uma ZER. É isso. Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. Arnaldo.

O SR. ARNALDO – Boa tarde a todos. Venho aqui colocar uma coisa muito simples e direta. Solicitamos que tirasse do Art. 13, o termo: “manutenção das zonas estritamente residenciais, porque antecipa as diretrizes do Plano Diretor, e o zoneamento. É isso que trás as ações judiciais que depois irão anular as discussões nos planos regionais. Conseguimos. Porém, foram transferidas para o Art. 10 e 17. Estamos aqui requerendo objetivamente para que se exclua isso das diretrizes do Plano Diretor. A manutenção de como está colocada no

Pano Diretor, será ilegal futuramente. Quando formos discutir isso nos planos regionais, qualquer alteração que a gente consiga fazer lá, com a discussão do pessoal dos bairros, ela pode ser anulada por alguém que entra com uma ação de inconstitucionalidade como já aconteceu e encaminhamos isso a vocês.

Outra questão é que no Art.32, do item 13, foi incluído as zonas de transição. Quem está em uma área lindeira que já há um consenso, inclusive o Defenda São Paulo, quem está na área lindeira, pode ser regularizada como comercio, quando coloca zona de transição, ele passa a valer, aquela área lindeira, a Rua Lindeira, passa a valer como ZER. Os senhores precisam estudar isso objetivamente, consertar essa questão. Vou ter a liberdade de encaminhar essas propostas aos Srs. Vereadores e aos representantes do Sr. Prefeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. José Paulo dos Santos.

O SR, JOSÉ PAULO DOS SANTOS – Boa noite a todos. Boa noite Sr. Secretário da Saúde. Devo dizer para o senhor que na realidade a sua Saúde não anda bem. Assim como não anda a educação, e o desgoverno que estamos vivendo. Não podemos permitir que uma UBS, como a do Campo Grande, saia de uma instalação maior, melhor localizada com aérea, que a acessibilidade vá para um local que deve ter atendido ao interesse de algum afilhado do partido, porque é na Avenida e em uma rua de subida. Com relação à educação devo dizer que na região temos um desserviço constante em função da ausência de creches para a poluição que ali reside. Com relação ao Plano Diretor vou que nunca vi algo tão maluco. Foi concebido de cima para baixo. E não como deve ser feito qualquer planejamento. Os senhores precisam conhecer a região. Agir, de acordo com os moradores da região verificando suas necessidades e não as necessidades das grandes construtoras que estão investindo no pesado. No adensamento inconsequente, irresponsável, que vai destruindo mais ainda o que resta, que já não é nada. Temos pouca educação, não temos um trânsito eficiente, não temos uma

educação igualmente eficiente. É uma vergonha eu ter de dizer para minha neta, como disse em outro momento, que participou comigo de reuniões à noite – ela tem oito anos – como participa de tudo, caminhada, faço questão que ela conheça a São Paulo que queremos, e não a São Paulo que os especuladores querem. A São Paulo que comerciantes irresponsáveis querem. Tudo tem medida. Já fui comerciante, lutei contra os ambulantes e percebo que tudo que fizemos no passado está voltando novamente. Fui Presidente da São Ação Local Marconi no Centro da Cidade. Conseguimos tirar a Máfia dos Fiscais na época do Pita. Conseguimos tirar os ambulantes da rua, unindo a Prefeitura, o Estado, a Polícia Federal. Hoje estamos vendo que tudo isso vai voltar. Os senhores estão defendendo o quê. Tem de defender a coisa maior, como alguns comerciantes da minha época não defenderam. Eu saí com o dinheiro no bolso. Eles não. Eles perderam. Alguns quebraram, não mais que seis meses depois que houve a oficialização dos ambulantes. O legal é legal e o ilegal continua ilegal, para que seja mudado à necessidade de que se mudem as legislações e eu sou legalista, luto por aquilo que é o correto para poder dar exemplo para meus filhos, meus netos e os senhores tem o dever a obrigação de agir dessa forma. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra a Sra. Cristina Antunes Ciranda.

A SRA. CRISTINA ANTUNES CIRANDA – Boa noite a todos. A Ciranda submeteu a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a Comissão de Política Urbana, diversos documentos com propostas e análises técnicas que poderiam contribuir com o PDF, infelizmente, não tivemos retorno e permaneceram algumas dúvidas para as quais a gente esclarecimentos. Queremos o retorno dessas perguntas. Talvez essa seja nossa última chance antes da votação do PL. para resumir coloquei três dúvidas principais: com relação a intenção de aproximar os locais de emprego de moradia que está na base da ideia do adensamento construtivo nos corredores. Uma reportagem no jornal o Zarvos, defendeu a medida que na matéria se referia a sua Vila Madalena e concordando com os argumentos expresso na minuta,

ele lembrou ser um absurdo uma empregada ter de percorrer 40km, para chegar no emprego. É um absurdo mesmo. A dúvida, qual seria a mágica financeira que pudesse permitir que essa empregada morasse na Vila Madalena, depois da enorme valorização que já teve em função das características da vila, em função do Metrô e agora em função da liberação de edifícios nos corredores. Fico pensando se o Zarvos, vai fazer ideia Zarvos lá, padrão HIS, para essas pessoas poderem morar ou se vai surgir uma padaria um pouco mais barata que aquela na Rua Harmonia, porque aquela, nem eu posso comprar pão. Ou se eles vai ter uma sucursal do Genesio para eles poderem comer. Botequim não tem. Gostaria de saber qual é a estratégia que o Plano prevê para que essas pessoas realmente possam morar lá. Isso aqui, na verdade se repete, Vila Madalena, porque teve esse exemplo do Zarvos, mas se repete em outros bairros, sendo que também já são super valorizados, como a Vila Nova Conceição, e os Jardins, por exemplo. A segunda questão diz respeito à questão do subsolo. Entregamos para vocês um estudo elaborado pela HE, entidade de consultoria ambiental, alertando para os efeitos nefastos da verticalização na região de Santo Amaro, bairro de passagem, entre o extremo e o Centro, e a última fronteira de proteção antes de chegar aos mananciais. Esse bairro é cortado por dezenas de córregos e ribeirões e tem uma parte do território, um aquífero, cuja proteção é regida pelo DMPM, portanto, uma lei Federal. Pelo menos um dos bairros, já falei isso em outras ocasiões, da Chácara Santo Antonio, está afundando o subsolo a mais de 15 anos mostra evidência de esgotamento hídrico, porque aquela profusão de prédios que surgiram na Chácara Santo Antonio, tem dois, três, quatro subsolos, que drenam a água do lençol freático diretamente para a sarjeta. A terra virou uma farinha, e o afundamento é visível para qualquer pessoa que ande em alguma das calçadas. E agora com a possibilidade de construção de até quatro vezes a área do terreno, pergunto, como é possível proteger bairros como esse, Moema está na mesma situação e reverter essa tendência.

Vou pedir licença ao pessoal da Ação São Benedito Legal, porque muita gente estorou o tempo, por isso trouxe escrito para conseguir falar tudo. Desde o início do processo

de consultas públicas a defesa da ZER foi fundamentada em critérios técnicos que envolvem questões ambientais e de lógica de desenvolvimento urbano. Não trouxemos achismos, não trouxemos interesses particulares, sempre trabalhamos, lembrando, entre outras questões os serviços ambientais que o próprio plano contempla e foram reiteradamente repetidos em todas as audiências públicas. A importância da ZER nessa leitura de benefícios ambientais cumpre benefícios por toda cidade, e não para uma rua, duas ou três em outros bairros que aderiram ao Movimento São Benedito Legal. Tenho evitado dar nomes aos bois, mas como na audiência passada na qual eu não estava presente, soube que a Ciranda foi citada, infelizmente, por informações equivocadas para dizer o mínimo, sinto-me a vontade para falar da Ação Benedito Legal, que é uma associação cujos membros são pessoas esclarecidas que sempre se souberam irregulares, embora tenham forjados argumentos falaciosos, que surpreendentemente colaram e convenceram ao menos, parte, dos Vereadores. Aliás achei curioso essa faixa nova que fala ZER legal. A ZER é legal. O que não é legal é o uso da ZER com o comércio. Ao contrário de outros empresários na mesma rua – se vocês puderem esperar como todos esperaram, vocês ouvem o que temos a falar. Estamos aqui em uma conversa- Ao contrário de outros empresários na mesma rua que reconheceram a situação irregular e mudaram-se para outro endereço, sem ir à falência e sem provocar um desemprego em massa, aqueles que formam São Benedito Legal resistiram as notificações recebidas contando com a ineficácia da fiscalização e com o escandaloso beneplácito de autoridades de administração pública que são coniventes com a ilegalidade da situação. Daí resulta a impunidade e via PDF, eventualmente o prêmio àqueles que debocham da lei. Mais uma dúvida, em um País que entre seus problemas mais graves a corrupção e a impunidade - tenho a impressão que isso é consenso – como justificar o cidadão de bem que a ilegalidade vale a pena e que as regras não precisam ser seguidas nem mesmo pelas autoridades, porque ao final tudo se ajeita. Como explicar que as leis são meras referências? Afinal para que servem as leis? Tal como o Zé Paulo, tenho vergonha do exemplo que essa sociedade de caráter

duvidoso está dando aos nossos filhos e netos. Lei existe para ser cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. Cássio Romano, do Movimento Zoneamento Legal.

O SR. CÁSSIO ROMANO – Sou do Movimento Zoneamento Legal e também ZER Legal...

Não quero ser repetitivo, os senhores da mesa estão cansados de ouvir os nossos argumentos, o pleito é apenas que o assunto zoneamento seja discutido na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, não no Plano Diretor, porque não cabe. É isso. Prefiro deixar o tempo para que alguém mais fale sobre educação e saúde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Mara Bernardes, São Benedito Legal.

A SRA MARA BERNARDES – Boa noite a todos, boa noite a vocês da mesa, queria falar um pouco com os Vereadores, porque sou uma moradora de ZER, estou aqui como uma cidadã que paga impostos, mas acredito realmente que temos de viver numa cidade cada vez mais humana e democrática.

A cidade muda, as pessoas mudam, as necessidades dos bairros mudam. O que eu gostaria de deixar como recado para os Vereadores, que farão a votação deste Plano Diretor, a base, é que tem que ser discutido, nós temos que deixar nos artigos brechas para se discutir democraticamente bairro a bairro, nos planos regionais. Não colocar algo que engesse e que não enxerguemos a mudança da Cidade. Como cidadã, creio numa Cidade mais democrática.

Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Antônio Brás, Sociedade Amigos do Planalto Paulista.

O SR. ANTÔNIO BRÁS – Bem, pessoal, boa noite a todos, vou tentar ser breve e deixar tempo para a Vereadora e para o Vereador tentarem falar um pouco mais de saúde e de educação, visto que, foi no dia 21 de maio, estamos praticamente há um mês dessa audiência,

e eu estou perplexo com as dúvidas que vocês levantaram e você acabou de afirmar – desculpe chamá-lo de você – de que nunca foi cumprido nada na área de Saúde. Então, temos que dar espaço.

Não entendemos por que nas últimas 6-7-8-10 reuniões o assunto se transformou em ZER. Não vou ser repetitivo, já se falou uma série de coisas. As entidades que defendem as ZER fizeram estudos, através de especialistas renomados da Cidade, arquitetos, geógrafos, enfim, todos os especialistas, deixando claro e justificando a importância da preservação e da ampliação das ZER.

Temos que mudar o discurso, gente! Temos que ampliar as ZER, para dar saúde e educação, principalmente saúde. São esses espaços verdes que vão garantir saúde.

Sou vou deixar a pergunta: a quem agrega detonar as ZER? A quem interessa? Estamos discutindo 4% da Cidade. A saúde e a educação, foi dito pela Vereadora médica que não foram discutidas exaustivamente. E nós estamos aqui discutindo ZER por quê? A quem interessa isso?

Estamos falando aqui na Casa da Democracia, você falou em liberdade. A sua liberdade termina quando começa a minha. É esse o ponto. Vamos discutir. Mas gente, temos que aumentar as ZER.

Registro para pessoas que falam uma série de coisas e se ausentam. As ZER, as padarias, os açougues, as vendinhas, as mercearias, estão todas lá, porque elas são anteriores, no nosso caso do Planalto, à Lei do Zoneamento. Elas estão lá. Quem está lá irregular não agrega nada ao bairro, aos moradores.

Não é o escritório de engenharia, mas algo que vocês todos conhecem, o nosso bairro, Planalto Paulista, é cortado por uma avenida chamada Indianópolis, que tem apelido e vocês todos sabem qual é, até prostíbulos. O que isso agrega a nós moradores? A quem interessa detonar 4% desta cidade que só vai melhorar a saúde?

Então, vamos dar tempo a esse pessoal que precisa discutir saúde, em detalhes,

de uma forma democrática, com liberdade, e resolver esse assunto.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Maria Auxiliadora Lopes, da Associação São Benedito Legal.

A SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES – Boa noite aos senhores Vereadores, a todos presentes, vejam bem, aqui não há ninguém contra ZER, nem ninguém defendendo que ZER seja detonada, primeiro ponto. Segundo, nós moramos em ZER, posso mostrar meu IPTU, moro no mesmo bairro da Cristina Antunes, que falou aqui.

Nós queremos que o Estatuto da Cidade seja cumprido, que tenhamos a oportunidade, no momento correto, de discutir sobre zoneamento em ZER. Não para acabar com ZER, mas o seu entorno, nas suas portas tem prestação de serviço. Tem mais: esse negócio de dizer que a lei não pode ser alterada? - sou advogada há quase 30 anos.

Muitas vezes há leis que nem servem mais à sociedade, por isso tem que ser alterada, tem que ser mudada. Por isso existe revolução, por isso existiu (Palmas) a Constituição de 88. Senão não haveria, se não pudesse mudar nada. Se não pode alterar nada.

Ora, a evolução, o desenvolvimento, a sociedade cresce e muda. Tudo muda. E a lei não pode mudar, gente? Tenham dó. O Plano Diretor é discutido para dar novas diretrizes, para ver as necessidades da Cidade. As necessidades da Cidade. O que o seu povo espera.

Há estudos elaborados no mundo todo que têm mostrado sobre a localização de residências, a curta distância dos estabelecimentos de serviços e comércio de conveniência. Ninguém está falando aqui de prostíbulo, nem de casa noturna, estamos falando de pequena prestação de serviço de conveniência, de coisa saudável que serve o bairro, que evita os deslocamentos e que têm tudo a ver com a audiência de saúde.

Quanto menos deslocamentos houver, menos poluição, melhor qualidade de ar. O Vereador Nabil tem razão, (Palmas) qualidade de vida é importante para gerar saúde. Até hoje

nós só estamos tratando dos efeitos, não da causa. Tem que atacar a causa para poder resolver o problema da saúde.

Precisa haver compreensão de que ZER não é uma cláusula pétrea, que não pode ser discutida. Por que vai ter medo de discutir no momento oportuno? É medo? É insegurança? Essa é a pergunta que fazemos. Tem insegurança, tem medo de discutir?

Gente, nós vamos defender junto com quem mora em ZER, que nós também moramos, a defesa de ZER. O que nós queremos é fazer mudanças. As ZER não são iguais na Cidade inteira. Cada bairro tem as suas nuances e precisam mudar. Precisa haver discussão. Não tem que ter medo de discutir. Isso é democracia.

Pode ser que eu esteja defendendo a mudança de zoneamento na rua em que tenho o meu estabelecimento, um escritório de advocacia que existe há quase 30 anos, pode ser que lá, depois, eu perca essa discussão. Não tem problema. É democracia, é a comunidade discutindo.

Nós precisamos ser justos na vida. Justos, transparentes e verdadeiros. Esses princípios norteiam o meu viver. Tivemos inúmeras audiências públicas, posso falar isso. Peguem a lista de presença de todas as audiências, inclusive as da Subprefeitura de Santo Amaro, as temáticas: fomos a todas. Não participou nos bairros, nas subprefeituras, quem não quis. A comunidade foi chamada, nós temos que fazer justiça.

Quando teve no Anhembi, durante dois dias, muita gente que vejo falar aqui não estava lá. Eu não vi lá. Pode pegar a lista e vai constatar que não estava lá. Muitas entidades não estavam lá, vêm aqui para criticar que o Plano Diretor não tem debate, não tem discussão. Tem discussão sim. É que as pessoas não participam em todas. Essa é a realidade. Tem muita gente chegando à última hora para pode criticar.

Particpei desde a primeira audiência pública. Tenho autoridade para dizer. Peguem as listas para ver em qual eu faltei.

Vim a esta Casa para defender o Eixo Histórico de Santo Amaro, porque não

defendo só questão de zoneamento. Vim aqui quando teve a Cultura e Educação, participei e me dei mal. Eu tinha que ir para um compromisso na Fiesp, falei na primeira, depois que eu sai debandou tudo para a ZER. Não falei nada de ZER, porque o tema não era aquele.

Sinto-me constrangida ao vir aqui para falar sobre um tema que não é o anunciado. Constrangida, mas sou obrigada a falar porque entram na discussão. Eu não entro primeiro na discussão, fico esperando para ver quem vai entrar primeiro, porque aí tenho de fazer a defesa daquilo que eu defendo.

Esse Plano foi debatido. Muitas contribuições que nós demos consigo vê-las inseridas dentro do substitutivo. Eu vejo minhas palavras lá. Minhas não, daqueles que eu procuro ser o porta voz. Estão lá. Então, houve participação. Para mim houve.

Vejam no site desta Casa as contribuições maciças sobre a questão de zoneamento. É uma judiação se esta Casa fechar os olhos para essa questão de não poder discutir zoneamento, ZER, no momento oportuno. Podem nos cobrar se eu não estiver – se nós da São Benedito – defendendo ZER, podem cortar a minha garganta.

Só que vou defender que nas bordas das ZER precisa haver prestação de serviços. Não para entrar lá para dentro. Se fosse verdade que a prestação de serviços nas suas bordas penetra para dentro do bairro, então quer dizer que o Alto da Boa Vista estaria todo tomado de prestação de serviço. Há anos que as pessoas estão lá.

Acredito muito na conciliação, na capacidade democrática que se resolver os problemas de uma cidade.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Silvia Leite, do Conselho Participativo.
(Pausa) Maria do Carmo Pedroso, do Cades.

A SRA. MARIA DO CARMO PEDROSO – Boa noite a todos, esta é a minha segunda gestão no Cades, Conselho Ambiental, também sou conselheira participativa. Estou muito surpresa, porque vi os trabalhos desenvolvidos e, de repente, comecei a achar que não

havia necessidade nem de eu falar. Questões ambientais são de interesse geral, gente. Questões ambientais são fundamentais para a sobrevivência humana.

Temos vários companheiros e companheiras do Conselho Participativo, conselheiros do Cades, nós temos que tratar e discutir o zoneamento de forma muito democrática e específica. Cada bairro tem a sua característica e cada região também.

Portanto, não pode ser decidido, numa audiência ou assembleia, um único parágrafo destinando contrário ou a favor da ZER Mista. É preciso redigir muito bem o texto para que nenhuma comunidade seja prejudicada.

Na nossa região, estou aqui defendendo o interesse de 12 mil pessoas: Jardim Marajoara, Chácara Monte Alegre, Vila Anhanguera e City Campo Grande. Essas duas últimas e o Jardim Bélgica, que aqui estou defendendo, estão no mesmo lado da Av. Nossa Senhora do Sabará. Nossos bairros estão incrustados nessa avenida.

A única diferença é que nós somos privilegiados. Em nossos bairros não há nenhum comércio, não por nossa imposição. Não há interesse de nenhum empreendedor montar um comércio dentro de um bairro que tem praças. Como no meu bairro, lá há quatro praças, mantidas muitas vezes por nós. Nem sempre o poder público, saibam os senhores, faz a sua parte.

No caso da minha família, minha irmã e meus tios moram no Jardim Bélgica há mais de 60 anos. E o bairro nunca mudou a sua característica, não por imposição, mas por falta de interesse.

Nas áreas extremas, lindeira à Sabará, nós temos todos os serviços, temos uma farta rede bancária, hospitais, escolas públicas e particulares – já falei isso em outra audiência – farto comércio e nos viramos muito bem a pé. Vou a pé na padaria, no sacolão, na farmácia. Do jeito que o Secretário de Desenvolvimento Fernando Mello Franco falou, na primeira audiência que eu fui. Nunca esqueci a sua primeira fala, ele ia para o serviço, voltava e passava na padaria. Na nossa região vivemos dessa forma.

Portanto, solicito que seja estudado um novo teor que contemple os interesses de ambas as partes. (Palmas) Aqueles que querem permanecer do jeito que estão que permaneçam, porque é direito de cada cidadão zelar pelo bairro em que mora.

Portanto, na Avenida Nossa Senhora do Sabará, estou falando diante desses meus companheiros, presidentes de associação, nós queremos continuar dessa forma, vamos lutar muito para que seja preservada. Saúde, nós precisamos respirar. Para sobrevivermos precisamos acima de tudo respirar.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. _____ - Vereador Frange, posso fazer só um comentário: exatamente o argumento da Maria do Carmo é o mesmo que o nosso. Estamos há um quarteirão da Adolfo Pinheiro, onde também temos tudo e podemos ir a pé. Aliás, nós podemos ir a pé nas quadro direções que contornam o bairro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Em breve, o Hospital São Leopoldo será reaberto. (Palmas) É um hospital privado, foi comprado pela Unimed Paulistana, está com projeto pronto, estamos conduzindo aquele processo, será reaberto com 125 leitos pela iniciativa privada, para quem tem Unimed. Infelizmente, não é público, mas é privado.

Monica Silene, Conseg Saúde.

A SRA. MÔNICA SILENE – Boa noite Vereadores, agradeço a oportunidade, serei breve, depois do discurso da Dra. Dora fica impossível termos qualquer outra colocação que possa agregar algo ao discurso.

Gostaria de dizer duas coisas: é a primeira vez que venho aqui. Escuto e tenho participação com as pessoas do Movimento ZER. Sei que o principal objetivo deles não é extirpar ZER, não acabar com ZER, mas discutir sobre ZER, cada um no seu quadrado, a ideia é essa. Cada problema resolvido em seu bairro.

É isso que nós gostaríamos de inserir na Lei, que não tem nada de ilegal. Infração à lei é acusar pessoas de ilegalidades, sem ter nenhum caso concreto para apontar. Isso é

infração à lei. (Palmas) Isso é ilegalidade. Discutir a lei no momento que se deve discutir é legalidade. Eventual ilegalidade é discutida no Poder Judiciário.

Sou moradora de ZER hoje, fui há 20 anos. Nasci e morei no Jardim da Saúde em 1982 a 1994, mudei, fui para uma zona, talvez mista, talvez predominantemente residencial.

São Mateus, um local pobre, considerado pobre, infelizmente, por muita gente. Voltei, porque casei em 2011, para Jardim da Saúde. ZER. Sabe a que conclusão cheguei? Pobre se encontra o Jardim da Saúde, pobre de vida, pobre de pessoas que estão morrendo a todo o momento. A felicidade não está mais lá. Com certeza. É só perguntar para este senhor, para aqueles outros que morrem todo dia no Jardim da Saúde.

Hoje eu reverencio um bairro pobre, Zona Mista, São Mateus. Lá certamente as pessoas estão bem mais felizes. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Dárcio Petroni, Associação Moradores de Lamari.

- Intervenções fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não, não podemos agora. Nós já ouvimos. Tem a palavra o Sr. Dárcio Petroni. (Pausa) Ausente. Celso Freitas, (ininteligível) Legal.

O SR. CELSO FREITAS – Boa noite, Srs. Vereadores, boa noite pessoas que ainda estão na Casa, porque parece que mais da maioria foi embora, viemos falar sobre Saúde e Educação, mas, infelizmente, a reunião tomou outro rumo.

Tenho algumas propostas de Saúde. Por exemplo, a construção de uma UBS em Itaquera; poderíamos aproveitar um pedacinho de terreno do Itaquerão. É grande o terreno. O Corinthians não vai fazer objeção em ceder um pedacinho do terreno para construir uma UBS. Outra coisa: o pronto-socorro de Santo Amaro fechou. Não sei se foi fazer reforma. Por que não abre o pronto-socorro ou fazem outro? Precisa.

Vamos voltar à ZER. ZER ilegal, ZER legal. Estou em São Benedito há 22 anos, trabalhando como podólogo. Atendo um monte de senhores e senhoras que moram no bairro –

é um bairro com muito idosos – e muita gente fala: “Celso, você vai ter de sair daqui? Pelo amor de Deus, onde vou te encontrar.” Pessoas com dificuldade de andar.

Não estou ali erradamente. Sinto que, em uma canetada, me tiraram do bairro. Fiquei ilegal. Uma canetada e estou ilegal. Por que eu estava ilegal? Onde estava ilegal?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CELSO FREITAS – Então, mas acontece que falaram que estou ilegal. Não sei. Em uma canetada, falaram que estou ilegal. A fiscal da Prefeitura perguntou se eu tinha alvará. “Se o senhor não tem alvará, o senhor está ilegal, tem de sair daqui”. Foi o que me falaram. Noventa por cento do comércio de São Paulo não tem alvará. (Palmas) Está todo mundo ilegal, então? Fechem todo mundo. Fechem restaurantes, shoppings, todo mundo.

Ninguém tem alvará. Noventa por cento do comércio de São Paulo não têm alvará. Ela chegou lá e falou: “O senhor não tem alvará, tem de fechar”.

Sinto que há especulação imobiliária. Já chegou corretor para mim e disse; “Você vai ter de sair daí. As construtoras estão pressionando para construir prédio. Você vai ter de fechar porque vão construir prédios”. Quer dizer, com o meu trabalho lá não estou cortando árvore, não estou acabando com o bairro. Mas se construir o prédio vai acabar, porque vai adensar. Adensamento é bom? Para ZER? Devo estar equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok.

O SR. CELSO FREITAS - Espere um pouco. Vou falar mais um pouquinho, todo mundo estourou o tempo. Sei que todo mundo quer ir embora, eu também quero. O que tenho a relatar aos meus nobres Vereadores é que pensem com carinho, verifiquem. Acho que não pode engessar agora, tem de discutir bairro a bairro. E essa discussão bairro a bairro precisa pensar se vamos construir prédios ou vamos deixar pequenos comércios. Se for para construir prédios, todo mundo tem de sair de lá. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - O Sr. Alberto Milani, Vila Pacaembu. (Pausa) Ausente. Audrey, Movimento São Benedito Legal. Por favor, fale seu nome completo.

A SRA. AUDREY WORTHINGTON - É britânico. Boa noite. Sou médica, formada há 26 anos. Estou muito triste com a medicina neste país. Os meus colegas não entendem muito bem o que está acontecendo. Estão colocando nas mãos dos médicos um problema da saúde, e não conseguimos resolver tudo sozinho. Vocês sabem muito bem disso. Nós precisamos de enfermagem, de hospitais, de equipamentos, de uma série de coisas que, infelizmente, não temos.

Adorei a informação de que o São Leopoldo vai ser reativado. Isso aqui estava na minha pauta. Parabéns.

Gostaria muito que o Evaldo Foz fosse reativado, não sei por que está parado. Alguém sabe dizer? O Santa Marta já está no projeto, será, sim, reativado. Não sei se vocês estão sabendo. Fiquei muito feliz com isso.

Eu trabalhei nove anos na emergência do Evaldo Foz e tenho muita pena de não estar funcionando. Isso é uma das questões.

E queria saber o que aconteceu com os 16 mil leitos que não estão funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – No Estado de São Paulo?

A SRA. AUDREY WORTHINGTON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Os 16 mil leitos são todos de Santas Casas; 70% das Santas Casas do Estado de São Paulo – são 340 – têm menos de 50 leitos. Todas são inviáveis com a tabela do SUS. A tabela do SUS mínima seria duas vezes e meia da atual tabela. Como ninguém reajusta a tabela, todas quebraram. Então, ficaram todas vazias. Agora o Governo separou só as maiores, são 70, e vai referenciar todo o atendimento médico regional nessas 70. E nos demais haverá leitos para pacientes de retaguarda. Infelizmente, é o que aconteceu.

A SRA. AUDREY WORTHINGTON – Eu sou cirurgiã plástica e trabalho como voluntária no Hospital das Clínicas, vou de metrô, toda segunda-feira, atender os queimados e sei a realidade desse hospital. Eu não me considero uma pessoa infratora, que esteja contra a

lei. Pelo amor de Deus. Tenho uma filha de 16 anos e ensino a ela o bem. Sou religiosa e coordeno um grupo de jovens. Ensino a 50 jovens valores, coisas que as pessoas não ensinam para eles. Eu não me sinto infratora. Eu alugo um imóvel na São Benedito, ninguém me disse dessas questões todas. Eu investi dinheiro nesse imóvel, e não me sinto, de forma alguma, infratora. Estou nesta luta com meus colegas porque a considero justa. Cristina, sei que você tem uma briga, não sei se específica, com São Benedito, mas as ruas transversais até a Adolfo Pinheiro também estão com o mesmo problema.

- Comentário fora do microfone.

A SRA. AUDREY WORTHINGTON – Não, não é permitido. Tudo bem, não vamos entrar nesta discussão agora. Tudo bem. Estou lá, já recebi multas dos fiscais, paguei, eu sei que não estou de acordo com a lei, mas acho, sim, que a lei pode ser mudada. Brás Munhoz me dizia em uma reunião que a Constituição precisa ser mudada. Como é que as leis não podem ser mudadas para o benefício de todos. (Palmas)

Desculpa gente, o senhor me perdoa se o senhor se sente ofendido, mas eu sou uma médica se o senhor precisar de mim pode me ligar as três da manhã e vou atendê-lo com muito carinho. Não sou infratora, estou lutando pelo meu direito, se eu perder, eu vou sair. Estou lá, estou lutando, não sei o que vai acontecer, se eu perder, eu me retiro e, se eu ganhar, eu continuo. Minha ideia não é invadir o bairro, eu quero árvores, verde, todos me conhecem, eu luto pela saúde. Eu dou palestra na OAB sobre saúde, eu quero saúde, eu quero bem-estar. Eu estou ali a uma quadra da Adolfo Pinheiro. O metrô está passando ali, vocês querem que do lado do metrô haja ZER?

Última questão, especulação imobiliária sim. Se nós todos sairmos de lá, vão se criar prédios enormes e muita gente está ganhando dinheiro às custas da imobiliária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Rui Alves Barreto, da Sociedade Amigos do Jardim.

A SRA. SANDRA TADEU – Só queria dizer às pessoas que esta discussão

calorosa a gente vai ter lá na frente. Hoje isso não está escrito em nenhum momento. Tem alguma coisa aqui escrita de ZER que você mudou?

O SR. NABIL BONDUKI – O Plano Diretor tem de dar diretrizes para o zoneamento. O que tem sobre ZER são diretrizes de zoneamento. O que pode estar um pouco confuso, mas para nós está claro o que se pretende, se pretende manter a ZER como uma zona importante da Cidade. A única zona que tem coeficientes definidos no Plano Diretor. Se estabelece que as suas características urbanísticas e paisagísticas não devem ser alteradas e se admite a existência de corredores de serviços lindeiras, que devem ser claramente definidas na lei de uso e ocupação do solo. Há artigos que definem a necessidade de se ter acalmamento de tráfego, para não usar a palavra em inglês, existe um inciso que diz que áreas de vegetação significativa devem fazer parte do sistema de áreas verdes do município. O pessoal do Defenda São Paulo foi contra, não entendo o porquê, e coloquei que existem áreas de ZER que precisam ser requalificadas. Sabemos que tem área de ZER que não possui arborização, que têm áreas impermeabilizadas, sabemos disso e, portanto, elas serão requalificadas. Teve uma pessoa que me mandou um e-mail dizendo que eu estava destruindo as ZERs porque falei que precisava requalificar. Tem uma quantidade de maluquice nessa história toda que realmente eu não sei de onde vem. Os espíritos ficam muito radicalizados.

Acho que vocês levantaram uma série de preocupações a respeito da questão de corredores que é maior do que de fato existe em relação dessa questão da judicialização. Na diretriz está dizendo que o corredor deve existir em ZER. Acho que essa discussão está pacificada.

A partir do momento que o próprio Plano Diretor reconheceu que as ZER prevalece sobre os eixos de estruturação, que é uma das espinhas dorsais do Plano, tem gente que não concorda com isso, mas foi uma decisão de fazer com que a ZER prevalecesse sobre os eixos de adensamento, isso já foi uma clara sinalização de que não iria se mexer nas características específicas das ZER, agora, isso não quer dizer que todas as ruas de todas as ZERs vão ser

exclusivamente residenciais. Está lá uma diretriz que tem de se definir precisamente quais são os corredores de comércio e serviço. Há um certo consenso por todos de que tem de existir áreas de comércio e serviços das áreas lindeiras das ZER ou eventualmente de dentro de ZER. O próprio pessoal dos bairros de ZER concordam com isso.

Essa é a discussão é a única que tem acontecido quando eu acho que temos condição de termos um entendimento sobre as questões de maneira mais clara. Agora, que poderão haver discussões lá na frente, não tenho dúvida de que poderão ocorrer.

Alguém veio aqui, por exemplo, e falou que o Jardim da Saúde está sendo ameaçado. Eu vi pessoas que defendem corredores no Jardim da Saúde, mas em nenhum momento se falou que ia se mudar o zoneamento do Jardim da Saúde. Eu acredito que se está exagerando um pouco em relação ao nível de risco que existe.

Precisamos neste substitutivo que foi protocolado hoje e que já avançou um pouco mais em alguns aspectos, que temos condição de garantir um entendimento entre os dois grupos que estão aí para se poder ter um texto que garanta os padrões urbanísticos das ZERs, a recuperação dos padrões paisagísticos. Tem ZER que não tem arborização. Assim como têm corredores que suprimiram. Há um inciso que foi colocado que os corredores têm de garantir a permeabilidade do solo, a arborização. O fato de ele ter uma mudança de uso não significa que vai necessariamente mudar essas características. Pelo contrário, tem de haver uma recuperação.

A ideia dos planos de bairro, os planos que vão poder discutir de maneira mais precisa me parece bastante clara como perspectiva. Talvez temos de encontrar entendimento. Acho que não tem sentido fazermos mais audiências públicas. Temos que sentar, esse dois grupos, tentar um entendimento de texto, para garantir o que cada grupo quer de fundamental e aí as audiências públicas do Jardim da Saúde e em todos os bairros da Cidade vão ter de serem feitos para fazer a lei de uso e ocupação de solo, que é outra etapa que se vai para o plano local. O Executivo vai ter de fazer para poder fechar o projeto e daí quando vier para

Câmara serão feitas outras audiências públicas.

Temos de dar esse salto e definir um texto que seja uma diretriz geral que atenda de uma maneira geral a todos. Ninguém está propondo anistia nenhuma. Não existe anistia, nem a palavra, nem regularização. No final existe um artigo que poderá ser feita uma lei de regularização que define condições específicas nas situações que eventualmente sejam pertinentes, com ou sem pagamento de outorga. Não estamos discutindo anistia aqui.

Vamos colocar as questões nas devidas dimensões que têm no Plano Diretor, que é como grandes diretrizes que podem garantir aquilo que todos estão considerando mais importante.

O SR. _____ - Eu gostaria de fazer um esclarecimento, que o Vereador nunca acompanhou essa discussão conosco. O que estamos pedindo agora é a exclusão desses artigos no Plano Diretor como diretriz mesmo porque lá na frente quando nós discutirmos no plano regional, as conclusões que chegarmos lá no embate, lá no bairro e acharmos que temos de mudar alguma coisa, alguém pode entrar com uma Ação de Inconstitucionalidade como aconteceu. Esse é o documento que a gente encaminhou. Queremos que tirem esse risco que estamos pedindo para tirar. Para garantir que a gente vá discutir lá na frente e depois não haja uma ação de inconstitucionalidade, como já aconteceu no passado por conta de estar na diretriz do Plano Diretor. É isso que nós estamos pedindo, só para esclarecer.

O SR. **NABIL BONDUKI** – A questão de acionar o judiciário envolveu apenas um bairro, o Campo Belo. No Plano de 2002 essa discussão aconteceu em toda a Cidade. Então, tudo o que se falou aqui da Avenida Bandeirantes, tudo isso estava na Lei de Uso e Ocupação de 2004 e estava acertado. Isso foi definido quais ruas deveriam ficar, quais não deveriam, mas houve uma associação que entrou na Justiça e conseguiu – não sei como ou por quê. Essa é uma questão que o nosso judiciário, às vezes...Assim como o judiciário cancelou a votação do IPTU, tem coisas que são injustificáveis e etc, mas acontecem, então acho que

essas situações podem acontecer e temos de prever de maneira que fique claro que essa discussão no específico deve ser feito no Plano Regional e que o Plano Diretor tem de ter diretrizes gerais que garantam.

Todo mundo aqui, pelo que entendi, defendem a ZER, o padrão urbanístico. Então, não sei onde está a divergência em relação a isso. Agora, a discussão que se deve haver corredor em alguns bairros, tem de ser feita na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Agora, o Sr. Rui.

O SR. RUI – Srs. Vereadores, minhas senhoras e senhores, boa noite.

Essa questão toda que estamos discutindo de ZERs, saúde, moradia, se tudo isso for ao Plano Diretor, depois pode ser modificado pelos conselhos participativos. O que acontece? As nossas leis são muito bem feitas, principalmente, quando foi feita a reforma da Constituição. Temos inclusive dois artigos, o 182 e 183, que rezam como devem ser constituídos esses conselhos de representação e depois foi elucidado pelo Estatuto da Cidade, que diz claramente que esses conselhos devem ser constituídos por pessoas que moram nos bairros e não por indicações políticas e não pode haver político nenhum nesses conselhos.

No entanto, o que está acontecendo nesses últimos conselhos que foram eleitos depois de 2002? Colocaram todos os representantes da Prefeitura e do Estado e quando alguma pessoa vai reclamar alguma coisa, acontece com o conselho que fomos do Sérgio Reze, que representou. Foi o único voto que venceu...

- interrupção da gravação.

O SR. RUI – Está sendo feito dessa maneira. Não é possível? Não é possível não ter medo, como aquela senhora falou. Vocês têm medo? Temos medo desses conselhos que vão modificar tudo o que foi discutido aqui. Temos medo, sim, Sr. Presidente.

Era isso o que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sérgio Reze, da Amapar.

O SR. SÉRGIO REZE – De fato a discussão polarizou na questão do Uso do Solo,

infelizmente. Eu não sou grande conhecedor das questões da Saúde na Cidade e gostaria de ter podido saber mais sobre isso e acho que isso é de suma importância no Plano Diretor. Infelizmente, ainda hoje em São Paulo, somos um pouco pautados nessas discussões pelo mercado imobiliário, infelizmente. O Plano Diretor em São Paulo, por quaisquer que sejam as razões, ainda é pautado para conversar sobre uso e ocupação do solo. Não é isso que resolve a maior parte dos nossos problemas.

De qualquer forma, sou um morador de ZER. Não tenho nada contra as pessoas que tem seus problemas pessoais, suas famílias, suas vidas, suas casas e seus comércios, mas a ZER – e na última audiência nós mostramos um trabalho com dados de satélite da Prefeitura da Secretaria do Verde, da Geógrafa Magda Lombardo, mostrando a importância dos bairros residenciais, pelas razões que o Nabil mesmo já falou.

Aliás, o Nabil, no Plano Diretor, em 2002, foi uma das pessoas responsáveis para que as ZERs existissem na sua conceituação. Não podemos, 10 anos depois, achar que esses bairros, pronto, não precisam mais existir, mesmo porque aqueles cidadãos que se fiaram no planejamento, nas audiências e em tudo que foi feito naquela época, não podem simplesmente sair pulando da casa deles e vendendo e ir a outro lugar porque depois de 10 anos muda a diretriz.

Há dados que comprovam que as ZERs tem uma diferença de temperatura muito significativa e elas atenuam os fenômenos das ilhas de calor, elas funcionam como um pulmão em São Paulo, elas tem permeabilidade. Tudo bem. Tem ZERs que não tem isso? Tem, mas estamos tratando do macro aqui. Se a gente falar de cada probleminha de cada bairro, o Plano Diretor na regulação geral joga fora todas as ZERs? Não é assim. Temos de discutir isso lá na frente.

Para que isso seja produtivo, eu acho que, por exemplo, o artigo dos corredores permite que haja uma discussão para a implantação de corredores novos ou os que já existem. Não podemos começar a tirar todos os artigos de manutenção e preservação desse território

por conta de coisas pontuais, de certos locais que tem de ter uma conversa futura porque isso vai abrir um precedente para o todo e estamos na fase de pensar o todo.

Temos de esfriar os ânimos, conversar, ter uma interlocução e chegar a uma redação que preserve as ZERs – porque acho que todo mundo levantou a mão e disse que quer – que não abra brechas para que as ZERs sejam invadidas por trânsito pesado, comércio, que geram depois migração das pessoas, mas que faça com que os moradores desses bairros tenham a tranquilidade para continuarem em suas residências. Esses bairros são abertos e são de usufruto da população e promovem um grande serviço para a saúde em uma Cidade que tem problema de morte a mais com respiração.

Temos de encontrar um jeito de nessa macrorregulação preservar as ZERs e também ter o espaço para que os comércios locais, zonas lindeiras sejam desenhadas caso a caso na discussão nos seus territórios.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Christian.

O SR. CHRISTIAN BOILESEN - Christian Boilesen, Movimento ZER Legal.

Basicamente, acho que a questão é que o pessoal pergunta porque os 4%? Ninguém é contra a ZER, mas é preciso entender que nem todos os países do mundo, nem todas as cidades do mundo resolveram os problemas ambientais da mesma forma. Você tem uma série de cidades aí onde isso é puramente do Governo Municipal, uma atribuição deles de criar parques, arborização viária e a ZER pode existir, mas entendemos que tem que haver a contrapartida ambiental. É um privilégio morar em ZER, então ela tem que cumprir alguns parâmetros. Até foi por isso que escolhemos o nome de ZER Legal, porque você tem muita ZER que está ilegal. Os dados da USP mostram que, em ZER, 80% da arborização está no viário. Então, não é a ZER que está fazendo papel ambiental, é a Prefeitura através da arborização no viário. Você pega o Jardim da Saúde, só arborização viária, ou praças públicas. É um bairro muito arborizado, contribui, sim, para as ilhas de calor, mas isso não é atribuição

dos moradores que estão lá. Então, é por isso que, às vezes, se questiona a ZER.

Só queríamos chamar a atenção para um ponto que preocupa, que é a zona de transição, como ela será implementada, porque ela faz parte de propostas de uma bancada que tinha não só as zona de transição, mas que também tentava fazer uma zona de proteção, onde área lindeira, na verdade, será engessada e será expandida a área da ZER. Entendemos que isso vai contra tudo o que estamos discutindo. Temos casos em que 99% são de áreas lindeiras, implementar isso, por uma emenda de plenário, por exemplo, iria contra tudo o que foi discutido em todas as audiências públicas até agora. Então, chamamos essa atenção.

Por último, queríamos tocar nessa parte ambiental. Têm algumas ZERs que exercem um papel de mitigação mais efetivo, mas o principal é essa preocupação de continuarem tentando levar o Plano Diretor, que é para ser um instrumento democrático, para um lado tecnocrático. Inventam-se argumentos ambientais, inventam-se argumentos urbanísticos para tirar justamente da população o direito de discutir, que é o que estamos pleiteando desde o começo.

Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado.

Não havendo mais inscritos, passarei um minuto para você falar rapidamente.

A SRA. CRISTINA – A Mônica falou que eu fiz uma acusação de que as pessoas estavam ilegais. A questão é que os usos que estão sendo feitos, neste momento, são irregulares. Hoje, a lei determina que a São Benedito é uma ZER 1 de um lado e uma ZER 3 do outro. Então, só para esclarecer, não acusei ninguém de infrator que não esteja cometendo uma ilegalidade. Existe isso. Isso é claro. Acho que todo mundo da Associação São Benedito Legal sabe disso. Já fizemos reuniões para trocar ideias e procurar saídas para isso tudo.

Portanto, a conversa sempre existiu. Não há crise alguma em relação a isso. Há leituras do que é cumprir a lei. De nossa parte, entendemos que a lei, enquanto existe, tem que ser cumprida. Se a lei está ruim, tentamos mudar, que é o que estamos fazendo agora.

Agora, enquanto for lei, terá que ser respeitada, não só pelos moradores, mas principalmente pelos setores da Administração Pública, que são responsáveis pela fiscalização. Isso cria um ambiente de insegurança e um descrédito das autoridades públicas, porque vemos isso pela Cidade inteira. Não sei quem falou sobre alvará, mas não se trata de alvará e, sim, de uso irregular da edificação. São duas coisas diferentes. Você pode ter uso

absolutamente regular e não ter o alvará e vice-versa.

Nabil, queria saber a questão da..., como é que vocês esperam que os corredores serão ocupados por população de baixa renda que vá trabalhar na região?

O SR. NABIL BONDUKI – Vou responder isso, mas, Cristina, vamos parar de criar ilusões a respeito das questões. Nunca ninguém falou, em momento algum, que os corredores iriam, por si só, garantir população de baixa renda. O que garantiria, eventualmente, população de baixa renda seria colocar ZEIS 2 e 3, principalmente, nos bairros consolidados. As ZEIS que estavam no Butantã, pediram para tirar; as que estavam na Vila Leopoldina, pediram para tirar. Não temos, no Centro expandido, nenhuma ZEIS. Hoje, não há entendimento de se fazer uma ZEIS no limite de uma ZER. Quer dizer, o Police, em vários momentos, tem defendido que podemos ter ZEIS em lugares bem localizados. As ZEISs são situadas no Centro, em áreas deterioradas do Centro, nos bairros centrais do entorno do Centro, ao longo dos eixos de transporte coletivo, principalmente nas zonas Leste e Norte.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Mas, Nabil, não estou entendendo essa polêmica. Agora, quem ficou confuso fui eu.

O SR. NABIL BONDUKI – Por quê?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Porque, agora, vamos polemizar por que não tem ZEIS do lado de ZER!? Já não chega o debate de ZER que teremos que fazer?

O SR. NABIL BONDUKI – Não, não estou falando isso. Não estou fazendo essa polêmica. Porque ela perguntou como faríamos com que tivesse habitação de interesse social...

O SR. JOSÉ POLICE NETO – A cota é uma das formas.

O SR. NABIL BONDUKI – A cota é uma das formas.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sim, no corredor.

O SR. NABIL BONDUKI – Mas, no corredor, o que eu espero que exista no corredor,... Como no corredor há unidades menores, unidades que podem não ter garagem, estacionamento, como no corredor há um coeficiente mais alto, portanto o preço da terra se distribui por uma quantidade maior de metros quadrados, podemos ter unidades habitacionais mais baratas do que aquelas que são oferecidas hoje, que vão atender, provavelmente, uma classe média, uma classe média baixa, que hoje não podem estar nos bairros consolidados da Cidade.

Agora, o que garantiria habitação de interesse social, ou o que garante, seriam as

ZEIS e não estou propondo essa polêmica. Só estou dizendo porque ela perguntou como iríamos, com os eixos, garantir a habitação de interesse social na Vila Madalena ou em outros bairros consolidados. Isso não vai acontecer.

Agora, o que podemos fazer é democratizar mais esses bairros bem situados da Cidade, poder fazer com que eles recuperem a população, que eles possam abrigar até os filhos das pessoas que moram neles. Temos que garantir ZEIS localizadas em áreas bem localizadas da Cidade, mas que não estão, hoje, no Centro, no que estamos chamando de Centro expandido, que estão no primeiro anel no entorno deles, na macrozona de estruturação metropolitana, nos eixos nas zonas Norte e Leste, no Centro da Cidade, nos bairros centrais em torno do Centro, no Pari, no Brás, nos Campos Elíseos, onde estão situadas várias ZEIS 3. E o maior empregador da Cidade ainda é o Centro, a Avenida Paulista também é importante e o eixo novo da centralidade da Faria Lima, Berrini. Essas são as principais localizações. Agora, se pudermos colocar próximo, no entorno do Centro e na macrozona de estruturação metropolitana, é por isso que está previsto que nas operações urbanas que formam um anel, de certa forma, um arco em torno do Centro expandido – Mooca, Vila Carioca, Arco Tietê, Vila Leopoldina, Jurubatuba, que ali, 25% dos recursos das operações urbanas sejam destinadas à aquisição de terrenos prioritariamente para habitação de interesse social nessas regiões que formam, então, um anel que vai evitar a “periferização” maior da população de baixa renda.

Agora, nos eixos do Centro expandido poderá se garantir uma classe média que hoje já está sendo expulsa dessa região, que não tem oportunidade de trabalho. Hoje, o pessoal tem falado da Vila Madalena, o que pode acontecer na Vila Madalena é que mais gente possa morar em uma localização boa dentro da Cidade. Onde têm, hoje, três ou quatro casas, pode ter um prédio que terá 50, 20, 40 famílias e, com isso, se dará acesso a mais pessoas para uma boa localização dentro da Cidade. É claro que o preço da terra ali não vai permitir habitação de interesse social, mas também pode se baratear, pode se garantir um barateamento em relação à unidade que tem hoje. É por isso que não há obrigatoriedade, por exemplo, de garagem, que a garagem é um custo. Então, falando sobre a questão do subsolo, o Plano Diretor está buscando... Não têm condições de proibirmos totalmente o subsolo, mas há diretrizes que levam em conta a questão do lençol freático para a discussão da Lei de Uso e Ocupação do Solo e, ao restringir a quantidade de garagens, transformando apenas uma garagem não computável, está restringindo a ocupação do subsolo. Quer dizer, estou tornando menos atraente a ocupação do subsolo. Preferencialmente, havia quem defendesse que não

tivesse nenhuma garagem não computável. Talvez, na Lei de Uso e Ocupação do Solo, possa se chegar a isso.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu defendi isso.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu também defendo. Agora, nem tudo que defendemos conseguimos colocar, porque já para conseguir uma não computável, tivemos uma pressão muito grande para mudarmos isso. Não mudamos. Acho que se consolidou esse conceito, que eu acho que é um conceito bom, principalmente para quem está morando perto do transporte coletivo. E desvincular a unidade da garagem é outra coisa que poderá baratear também o custo da garagem. Então, você ter, por exemplo, zonas mistas em que você tenha comércio no térreo e habitação em cima, cria a possibilidade de você ter uma garagem compartilhada que durante o dia, ela é usada para o comércio e durante a noite é usada para quem usar, dos apartamentos, e não está vinculada à unidade habitacional. Com isso, a unidade habitacional fica mais barata. Então, é um pouco isso que vai garantir, não a habitação de interesse social, em algumas regiões sim, em algumas regiões em que a terra é mais barata, mas não na Vila Madalena, não em Pinheiros, não na Lapa.

Agora, acho que, daqui até a Lei de Uso e Ocupação do Solo, vamos poder discutir outros mecanismos para baratear o custo da terra e da habitação da Cidade.

Só quero ressaltar duas ou três coisas que foram faladas aqui, a questão do *Retrofit* está prevista nas Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo, no inciso XVIII do artigo 17. Outra questão, atendimento à população desapropriada, isso existe também previsão de que a população que venha a ser desapropriada, ou removida em funções de obras de área de risco, possa ser preferencialmente atendida no entorno da área em que houve a intervenção. Também há previsão, tanto nas Diretrizes de Operação Urbana, como de área de intervenção urbana, para realizar o atendimento de habitação e também de equipamentos, que é um assunto que se discutiu muito aqui. Ou seja, utilizar os recursos que já na Operação Urbana Água Branca, em que já foram atendidos quase 20 equipamentos sociais. Então, estamos avançando em relação a isso. A Operação Urbana Faria Lima não é exemplo do que se pretende fazer, ou o que estamos fazendo, de Operação Urbana.

É isso. Obrigado e acho que estamos avançando. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Deixo bem claro que o propósito da discussão da saúde não foi desnecessário em hipótese alguma.

O Plano Diretor Estratégico, que fala tanto que quer aproximar o trabalhador da

área do trabalho, o nosso sonho, e ter tido oportunidade de debater muito com a Secretaria de Saúde, era exatamente fazer o que gostaríamos de fazer quando tratamos a possibilidade de uma estratégia de abordagem da Cidade, que é a humanização. E a Saúde só vai ser humanizada quando as pessoas puderam acessar a assistência médica caminhando, pertinho de casa. Essa era a razão de um debate que deveríamos ter tido desde o primeiro dia. Falamos por inúmeras vezes, mas não houve oportunidade.

Essa frase não é minha, é do Professor Adib Jatene, um homem de 85 anos de idade, e que a repete há quase 40 anos: “Chegar caminhando à assistência médica e não interpor entre nós e a assistência médica o sistema de transporte”. Quando alguém tem que pegar um ônibus para ir à Unidade de Saúde, deixou de procurar saúde. Entre ele e a Saúde tem um sistema de transporte de má qualidade, mesmo que seja bom, com dor nada é bom.

Portanto, meu querido Eurípedes, essa era a razão do debate da Saúde e esse é o nosso propósito. Vamos travar esse debate no Plenário, mesmo que sozinhos. Temos que mudar essa lógica de que as coisas têm que estar longe e que hospital bom é prédio grande. Parece que essa é a realidade, mas não é bem isso. Médico bom é médico perto. Médico distante não interessa.

Por isso, vamos continuar esse debate na Câmara e vamos ver se conseguimos levar esse assunto um pouco mais adiante.

(NÃO IDENTIFICADO) – Vereador, partilhamos desse entendimento. A política é nesse sentido, de dotar as regiões onde há vazios assistenciais de unidades da Saúde e também essas questões que V.Exa. falou, quais sejam, as barreiras de transporte, barreiras geográficas, para as pessoas poderem acessar o sistema de Saúde.

Informo que está em constituição uma rede de urgência e emergência em negociação com o Estado. Haverá 10 ou 12 unidades de cada lado, e alguns equipamentos, inclusive estaduais, na zona Norte.

Informo, também, que no Jardim Edite não tem AMA porque a diretriz deste Governo é de transformar a realidade dos equipamentos: onde existir uma AMA e uma UBS no mesmo espaço, será transformada em uma UBS integral. E o Jardim Edite era uma unidade nova, mas, de qualquer maneira, o que foi criado lá foi uma UBS integral. E a UBS Santo Amaro teve que ser fechada por conta de um problema da construção do Metrô. O prédio não poderia continuar sendo usado e foi transferido para a Santa Casa de Santo Amaro, que é quem já gerenciava a UBS para a Administração, e será construída uma nova unidade.

Boa noite a todos. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tenham todos uma boa noite e até a próxima.

Estão encerrados os nossos trabalhos.